

UNIVERSIDADE PAULISTA

**INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL:
UM DEBATE EM ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

CARLA MELE GOMES

SÃO PAULO

2013

UNIVERSIDADE PAULISTA

**INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL:
UM DEBATE EM ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Miklos

CARLA MELE GOMES

SÃO PAULO

2013

Gomes, Carla Mele.

Inclusão digital e inclusão social: um debate em aberto / Carla Mele Gomes - 2013.

70 f. + CD-ROM.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em PPG em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista, São Paulo, 2013.

Área de Concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Miklos.

1. Inclusão social. 2. Inclusão digital. 3. Capitalismo Informacional.
4. Imaginário Tecnológico.

I. Título. II. Miklos, Jorge (orientador).

CARLA MELE GOMES

**INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL:
UM DEBATE EM ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Jorge Miklos
Universidade Paulista

Professor Dr. Mauricio Ribeiro da Silva
Universidade Paulista

Professor Dr. Eugenio de Oliveira Menezes
Faculdade Cásper Líbero

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, que em todos os momentos difíceis de minha vida, tem intercedido junto a DEUS, pelo meu sucesso e felicidade, além do apoio sem o qual jamais lograria sucesso em minha empreitada. A duas pessoas muito especiais para mim, Valtércio, meu amor, e Felipe Zaron, meu filho, por todo amor, carinho, compreensão e incentivo, pelos momentos de angústias e preocupações causados por mim, pelas minhas ausências durante a realização deste trabalho, dedico-lhes essa conquista com gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a DEUS, o principal responsável por me levar nessa viagem.

Meu profundo agradecimento ao meu mestre, mentor e orientador, Prof. Dr. Jorge Miklos, pela paciência enorme, pelas sugestões que sempre traziam uma nova luz ao estudo do tema, por ter acreditado em minha capacidade para a realização desta pesquisa e confiado em meus ideais.

Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática, Prof. Dr. Eduardo Peñuela Cañizal, sempre solícito e compreensivo às nossas dificuldades.

Aos professores, Prof. Dr. Edilson Cazeloto, que me abriu as portas para o mundo acadêmico e as Profa. Dra. Carla Longhi e a Profa. Dra. Janette Brunstein Gorodscy que durante o percurso muito contribuíram nessa minha jornada. A minha querida e muito especial professora e amiga, que com muita paciência me conduziu na produção do texto acadêmico, Fúlvia Morilhas Gomes.

Aos meus colegas de estrada, pelo apoio, troca de incentivos e por terem acreditado em mim, quando eu mesma já não o fazia. A todos os integrantes do curso de pós-graduação, que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desse trabalho.

E finalmente, meu reconhecimento a minha irmã Andréa, que a partir de sua luta me incentivou a seguir seus passos.

A todos vocês a minha expressiva e eterna gratidão.

RESUMO

O extraordinário avanço da tecnologia criou enormes transformações estruturais na sociedade. Este estudo destaca uma análise sobre o tema da inclusão digital como imperativo da inclusão social, no contexto do capitalismo contemporâneo, também designado capitalismo informacional. Embora exista um discurso hegemônico a favor dessa ideia, as nossas premissas iniciais destacaram que esse discurso tende a mascarar a pressão econômica que impõe ao indivíduo a necessidade da informacionalidade, mostrando, dessa forma, que a inclusão digital está mais a serviço do capital do que a serviço do cidadão. Ao analisar essa nova sociedade, vários teóricos lançaram-se em um debate. Os defensores desse novo capitalismo, além de apontar para as perspectivas abertas por essas novas tecnologias, começaram a fazer uma reflexão sobre o papel que elas poderiam desempenhar no processo de inclusão social. Por outro lado, os teóricos que criticam a cibercultura, embora reconheçam que a influência da tecnologia não desaparecerá, questionam a validade do discurso hegemônico apresentado por diversos setores da sociedade que defendem a inclusão digital como maneira de capacitar o cidadão para o mercado de trabalho e para a cidadania. Todas essas ideias estão presentes neste estudo, com o objetivo de fornecer subsídios a todos aqueles que se interessem pelo assunto.

Palavras-chave: Inclusão Social; Inclusão Digital; Capitalismo Informacional; Imaginário Tecnológico.

ABSTRACT

The extraordinary technological advances created huge structural transformations in the society. This study highlights an analysis about the theme of digital inclusion as an imperative for social inclusion, in the context of contemporaneous capitalism, also called informational capitalism. Although there is a hegemony of thoughts about this issue, our premises point that this speech tends to disguise the economical pressure that imposes an individual the need of using the new technology of the computers, what demonstrates that the digital inclusion is not serving the individual, but it is serving the capital. Analyzing this new society, many theorists began a debate. Those who defend this new capitalism, besides pointing to the new open perspectives by these new technologies, began to reflect on the role that those technologies could take on the social inclusion process. By the other hand, the theorists who criticize the cyberculture, although they recognize that the influence of the technology will not disappear, they have doubts about the validity of the hegemonic speech showed by different sectors of the society that defend the digital inclusion as a way of the citizen for the work market and the citizenship. All these ideas are present in this study with the objective of providing information to whom are interested by this subject.

Key-words: Digital Inclusion – Social Inclusion - Informational Capitalism- Technological Imagination.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	10
1.1. A Era Pós-Industrial	11
1.2. Rumo à sociedade do tempo livre?	14
1.3. Capitalismo Informacional	17
2. INCLUSÃO DIGITAL COMO AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA	26
2.1. Cidadania e Inclusão digital	26
2.2. A tecnoutopia dos tecnófilos	30
2.3. Inclusão digital ou exclusão social: a visão de Warschauer	34
2.4. A inclusão digital como acesso à cidadania, na visão de Silveira	35
3. CRÍTICA À CIBERCULTURA	42
3.1. A corrupção da inteligência	42
3.2. A subordinação do capitalismo	43
3.3. O horizonte crítico de linhagem marxista	46
3.4. A Dromocracia de Virilio e Trivinho	52
3.5. Os Programas Sociais de Inclusão Digital na perspectiva de Cazeloto	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a questão da inclusão digital como imperativo para a inclusão social no contexto do capitalismo contemporâneo, também denominado capitalismo informacional. No decorrer dos capítulos, procurou-se expor uma visão crítica a respeito do assunto, destacando diferentes argumentos apresentados, tanto pelos teóricos que defendem essa ideia, quanto por aqueles que se opõem a ela.

Como, cada vez mais, os indivíduos se vêem envolvidos por um mundo tecnológico, é natural que a “inclusão digital” esteja no pensamento das pessoas, na pauta dos governos, nas promessas de candidatos e partidos e na agenda de empresas e organizações não governamentais.

As nossas premissas iniciais destacaram que, embora exista um discurso hegemônico afirmando que a inclusão digital promove a inclusão social e é pré-requisito para promover a igualdade social, esse discurso tende a mascarar a pressão econômica que impõe ao indivíduo o imperativo da informacionalidade, mostrando, dessa forma, que a inclusão digital está mais a serviço do capital do que a serviço do cidadão.

Para fornecer os subsídios necessários para a compreensão da lógica do capitalismo informacional e da visão que articula a inclusão digital como imperativo para a inclusão social, assim como entender a visão crítica que procura mostrar que a inclusão digital não promove a cidadania nem tampouco a democracia, pois ela por si só é um imperativo e não uma escolha do cidadão, neste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório para investigar como foram tratados os diferentes aspectos referentes à questão da inclusão digital. Na seleção da bibliografia escolhida, a primeira tarefa foi pesquisar os autores que poderiam analisar o impacto causado pelas revoluções tecnológicas no processo produtivo e nos modos de vida das sociedades no decorrer dos séculos. A tarefa seguinte foi buscar autores cuja ideia corroborasse com a afirmação de que a inclusão digital é pré-requisito para a inclusão social e autores que se opusessem a essa premissa.

Assim, este estudo foi dividido em três capítulos: o primeiro, “A Emergência da Sociedade da Informação”, trata de resgatar a história do capitalismo e desenvolver uma reflexão sobre as mudanças ocorridas, ao longo dos séculos.

O segundo capítulo, “Inclusão Digital como Ampliação da Cidadania”, debate o papel das novas tecnologias digitais no processo de inclusão social no contexto do capitalismo informacional e questiona a validade do discurso hegemônico das diversas esferas da sociedade que defendem a inclusão digital como maneira de capacitar o cidadão para o mercado de trabalho e para a cidadania.

O terceiro capítulo, “Crítica à Cibercultura”, analisa as idéias dos teóricos que apontam para uma visão crítica dessa tecnologia e, portanto, da inclusão digital como premissa para a inclusão social.

1. A EMERGÊNCIA DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

"Sempre tive vontade de aprender informática e estou muito feliz com essa oportunidade", afirma Célia dos Anjos Deneci, aluna do grupo de idosos do curso de informática básica, do Projeto de Inclusão Digital Muito Especial, que:

(...) merece estar em uma posição de destaque não apenas pela sua importância, mas pelo seu papel desempenhado na Baixada Fluminense, pois através dos cursos ministrados já podemos notar a diferença dos alunos que cada vez mais evoluem no campo da informática e como cidadãos, assegura Rute de Paula, Assistente Social do Projeto Inclusão Digital (PAULA, 2011, p.1).

A expressão "inclusão digital" está no desejo do imaginário popular, na pauta de governos, nas promessas de candidatos e partidos, na agenda de empresas e organizações não governamentais. Em recente pesquisa feita pela Escola do Futuro da USP, em parceria com o instituto de pesquisa Insight, sob o tema "Necessidades Informacionais da População de Periferia de São Paulo", identificou-se que 90% da população pesquisada, das classes C, D e E, já ouviram falar e sabem o que é a Internet, ao passo que 79% nunca usaram um computador (destes, 93% declararam desejar aprender a fazê-lo). Quanto aos conteúdos e serviços considerados mais importantes para possível uso da Internet, 81% afirmaram desejar marcar consultas médicas, descobrir endereços de hospitais ou postos de saúde, tirar dúvidas sobre doenças, tratamentos e outras questões de saúde; 79% para procurar emprego, saber de vagas de trabalho, preparar currículo; e 75% para reclamar ou se informar sobre serviços públicos, impostos, luz, asfalto etc (SEABRA, 2011).

O fato é que a inclusão digital é considerada condição *sine qua non* para que os cidadãos percebam-se incluídos no mundo social. Trata-se de uma unanimidade em todos os campos sociais. Jon Hal, considerado o guru do *software* livre, presidente da Linux *International*, em entrevista concedida ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 19/10/2009, afirmou:

Acho que a sociedade deveria ajudar na educação das pessoas o mais possível. Uma das coisas que fez os Estados Unidos um grande país foi o conceito de educação pública acessível gratuitamente para quem a deseje. Quando você tira das pessoas a capacidade de obter informações, você tira delas a capacidade de elas se ajudarem, de ter um emprego ou uma vida melhor. Há inúmeras coisas que a informação pode oferecer às pessoas, como por exemplo, a forma de evitar e tratar doenças e não lhes dar isso é

crime. Há muito que o governo pode fazer. E cabe às pessoas e às empresas pensar em formas inovadoras de ajudar para se chegar ao objetivo de levar informação às pessoas. Houve muita crítica ao projeto "Um laptop por criança" [One laptop per child]. E as pessoas diziam: "Por que dar um laptop a uma criança quando o que elas precisam é de água e comida?" Bem, se você lhes der a informação elas podem aprender como ferver a água e matar os germes; podem aprender como cultivar os alimentos. Esse é o pressuposto do projeto "Um laptop por criança". Acho que o acesso à Internet é, de fato, o que deveria ser feito e farei o que for possível para ajudar nisso (HALL, John, 2009).

Num mundo em transformação, onde cada vez mais o computador é um instrumento essencial de trabalho, a inclusão digital tornou-se não apenas unânime, mas, sobretudo, imprescindível. Este trabalho procura expor os argumentos que procuram defender a posição do imperativo da inclusão digital (posição hegemônica) bem como a posição crítica.

O objetivo deste capítulo é entender a nova modalidade do capitalismo contemporâneo denominado de capitalismo informacional e as implicações econômicas, políticas e sociais que estão presentes na nova esfera da civilização. É nesse contexto que pretendemos discutir a inclusão digital como pressuposto da inclusão social.

Dessa maneira, para se entender melhor o processo de inclusão digital como pressuposto da inclusão social, dentro dessa nova modalidade do capitalismo informacional e as implicações econômicas, políticas e sociais que estão presentes na nova esfera da civilização, torna-se fundamental resgatar a história do capitalismo e desenvolver uma reflexão sobre as mudanças ocorridas, ao longo dos séculos. E esse é o objetivo deste primeiro capítulo.

1.1. A Era Pós-Industrial

É inegável que o sistema produtivo atual marca longa distância com relação ao que se estendeu até a primeira metade do século XX. A tecnologia avançou extraordinariamente na linha de produção de bens de curta duração e isso daria à economia a característica da Era Pós-Industrial.

Economia pós-industrial, no contexto da evolução sociocultural, é o nome proposto para uma economia que passou por uma série de mudanças específicas, após o processo de industrialização. O conceito foi introduzido por Daniel Bell na sua

obra *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, de 1973.

A ideia básica da sociedade pós-industrial, porém, era a evolução para uma sociedade de serviços e o rápido crescimento de oportunidades e empregos para profissionais liberais e de nível técnico. A ideia da informação em si permaneceu relativamente incompleta. Agora, fortalecido talvez pela avalanche de novos progressos técnicos em computadores e nas comunicações, Bell sente-se mais confiante. A informação designa hoje a sociedade pós-industrial. É o que gera e a sustenta (KUMAR, 1978, p. 21).

Essas sociedades pós-industriais são frequentemente marcadas por algumas características: um rápido crescimento do setor de serviços, em oposição ao setor manufaturado e um rápido aumento da tecnologia de informação. A predominância desse aspecto na sociedade, frequentemente a leva a ser denominada, era da informação.

A partir desses conceitos, o conhecimento e a criatividade tornam-se as matérias cruciais de tais economias, conforme postula Krishan Kumar:

Ainda assim, a aceitação da importância crescente da tecnologia da informação, e mesmo de uma revolução de informação, é uma coisa, mas a aceitação da ideia de uma nova revolução industrial, de um novo tipo de sociedade, de uma nova era, é outra completamente diferente. Neste ponto a crítica tem sido volumosa, radical, e na maior parte, convincente. E também, em um grau um tanto enfadonho, bem conhecida. Mas isso não deve surpreender ninguém. Uma vez que o conceito de sociedade pós-industrial, e tendo em vista que as duas compartilham de muitos aspectos analíticos, e também porque foram e são divulgadas em ambos os casos por quase que as mesmas pessoas, seria de se esperar que as objeções às teses da sociedade de informação repetissem, em alto grau, as que foram movidas contra a ideia mais antiga, de uma sociedade pós-industrial. E é isso o que de fato acontece. Os teóricos da sociedade de informação podem ser atacados, em primeiro lugar, por sua limitada perspectiva histórica. Como aconteceu com os teóricos pós-industriais, eles atribuem a fenômenos atuais o que é a culminação de tendências enraizadas profundamente no passado. É possível demonstrar que o que para eles parece novo e corrente esteve em processo de desenvolvimento nas últimas centenas de anos (KUMAR, 1978, p. 30).

As ideias de Kumar (1978) destacam que os adeptos da teoria que atribui a esse momento histórico do desenvolvimento da sociedade uma ruptura, na verdade, não percebem que o fenômeno da sociedade informática tem suas raízes no passado e faz parte de um processo que tem seu ápice no momento atual.

Para o autor, a informação é o principal requisito para nossa sobrevivência e o relacionamento com o ambiente em que vivemos. Kumar (1978) defende que o grande trunfo a favor da informação é precisamente sua origem, que vem de certos processos revolucionários obtidos na época da tecnologia do controle e da comunicação, “a tecnologia da informação”, ou TI, como também foi denominada.

Nesse processo, a informação deixa de ser apenas um conceito, e surge também como valor, pois, fica claro que sua transformação está intrinsecamente relacionada “ao desenvolvimento do computador”, que ocorreu durante a Segunda Grande Guerra Mundial e nos anos que seguiram, o que demonstra a motivação fortemente bélica, porque embora esse desenvolvimento tenha ocorrido sob a finalidade de manter a segurança e de proteger, o que predomina é o desejo de controle.

A partir de então, devido à evolução técnica dos suportes, a informação pôde “ser processada, selecionada e recuperada para satisfazer as necessidades mais especializadas e individualizadas”, afirma Kumar (1978, p.30). E é exatamente esse progresso técnico dos computadores que forma a base da sociedade da informação, isto é, “a informação designa hoje a sociedade pós-industrial”, segundo a visão do autor (1978, p. 30).

A sociedade da informação promove mudanças estruturais na sociedade. Esse processo começa com um novo modo de produção e altera os fatores que a organizam, além de criar uma nova fonte de riqueza. Em resumo, substitui o trabalho e o capital – que eram as variáveis vigentes nessa antiga sociedade – por novas: a informação e o conhecimento. Nessa sociedade contemporânea, o conhecimento toma o lugar do trabalho na origem do valor.

A literatura acadêmica utiliza vários outros termos para definir essa sociedade: sociedade da informação, pós-industrial, pós-fordismo, modernidade, pós-modernidade que, mais do que simples vocábulos, denotam o processo de mudança sob o qual vive o mundo contemporâneo. Dessa maneira, para se entender melhor o atual processo de metamorfose da sociedade, que Kumar define como “mudança radical de transformação da sociedade moderna”, (KUMAR, 2006, p.15) e, assim, explicar as mudanças social, cultural e econômica que ocuparam o

último terço do século passado, Kumar (1978) apresenta e avalia três correntes ideológicas do pós-industrialismo.

A primeira refere-se à ideia de sociedade da informação, que se detém no deslocamento de uma sociedade pós-industrial em direção à sociedade da informação e sua ideologia. O autor aponta também como a lógica do capitalismo transborda envolvendo cada vez mais áreas da vida social e cultural e como o mercado as domina imprimindo suas regras.

A segunda corrente diz respeito ao pós-fordismo cujas ideias são sustentadas pela teoria marxista, que pressagiava o final da ideologia burguesa, visto que novas formas de capitalismo estavam despontando. O autor destaca o impacto dessa mudança no cotidiano das relações de trabalho, na vida familiar e no contexto da cultura e da política.

E, por fim, a terceira, que se refere às teorias da pós-modernidade, que possuem uma concepção dos fenômenos e uma base ecléticas em sua constituição ideológica, o que as torna, segundo o autor, escorregadias e confusas (KUMAR, 1978, p.16). A maneira como Kumar se refere a esses conceitos deixa claro que, no que se refere à relação entre pós-modernidade e modernidade, os pesquisadores não chegam a uma conclusão; parte da academia defende que ambas, modernidade e pós-modernidade, pertencem à mesma fase, afirmando que a pós-modernidade é apenas a modernidade, enquanto outro grupo apoia a ideia de que existe uma ruptura entre elas e que, portanto, modernidade e pós-modernidade são fases distintas.

Apesar das diferenças ideológicas acima destacadas, o que parece comum a todos é que esse modelo de sociedade é marcado pela centralidade da informação como vetor da riqueza (RÜDIGER, 2011, p.157).

1.2. Rumo à sociedade do tempo livre?

A partir dos anos 1980 não foram poucas as elaborações teóricas sobre o impacto social das novas tecnologias baseadas na microeletrônica e automação. Um número considerável de obras, tanto de autores críticos ao capitalismo como de seus defensores, passou a avaliar, muitas vezes, por meio de uma visão

entusiasmada, as perspectivas abertas pela inserção das novas tecnologias em nossas vidas.

Tema controverso, o lugar das novas tecnologias na sociedade que emerge do movimento de expansão do capital, impulsionado pela crise dos anos 1970 (marcada pela alta dos preços do petróleo), abarca diferentes aspectos que vão, por exemplo, desde o debate sobre um suposto fim da divisão entre trabalho manual e intelectual e a tendência à ampliação do tempo livre até o fim da classe trabalhadora e da sociedade do trabalho e o nascimento de uma sociedade do conhecimento em que haja autorrealização humana.

Uma das maiores preocupações da sociedade contemporânea é encontrar o equilíbrio entre um trabalho que traga realização e prazer, com um tempo disponível para o lazer. Seguindo essa linha de pensamento, Adam Schaff, junto com outros críticos do capitalismo, viu na crise dos anos 1980 perspectivas para a realização da personalidade humana em sua plenitude, nos próximos vinte ou trinta anos,

[...] seja liberando o homem do árduo trabalho manual e do monótono e repetitivo trabalho intelectual, seja lhe oferecendo tempo livre necessário e um imenso progresso do conhecimento disponível, suficientes para garantir seu desenvolvimento (SCHAFF apud LESSA, 2007, p. 64).

Em seu entusiasmo com o que denomina “segunda revolução industrial” e a possibilidade de uma sociedade que proporcione a “plena autorrealização da personalidade humana”, Schaff, ao reconhecer o efeito do uso intenso das novas tecnologias sobre a quantidade de postos de trabalho, gerando uma ampliação significativa do desemprego estrutural, propõe um período de transição na vida social, gerenciado a partir do Estado, no qual sejam revistos os princípios que norteiam a distribuição de renda nacional.

Durante o período de transição a solução consistirá, certamente, na redistribuição do volume de trabalho existente mediante a redução da jornada de trabalho individual. [...] os custos da nova distribuição deverão ser suportados por aqueles que desfrutam de uma porção maior da renda social, isto é, pelos empresários. É óbvio que a condição preliminar para essa solução está em que a operação seja realizada em comum acordo entre os países industrializados (OCDE e a Comunidade Europeia); medidas “separatistas” que nesse sentido viessem a ser tomadas por um único país acarretariam sua inevitável ruína econômica em razão da perda de competitividade nos mercados internacionais (SCHAFF, 1996, p. 31).

Dez anos antes do lançamento da obra de Schaff, André Gorz (1982) já reacendia o intenso debate sobre a centralidade ou não do trabalho, da classe operária como sujeito social da revolução e, de maneira inseparável, a discussão sobre a vigência ou não da teoria do valor-trabalho como fonte de entendimento das relações capitalistas da virada do século XX para o XXI.

Sob o impacto da inserção da automação e da informatização no processo produtivo, a tradicional classe operária, segundo Gorz (1982), estaria sendo paulatinamente substituída por uma não-classe-de-não trabalhadores, formada pelo contingente de desempregados e pelos componentes do mercado informal ou das diferentes formas de trabalho precarizado ou subemprego.

Organista (2006, p. 33-34) aponta que, de acordo com Gorz (1982), essa diminuição progressiva da classe operária a deslocaria do papel de sujeito histórico da transformação social, na medida em que os trabalhadores informais, parciais, temporários, por conta própria, sujeitos a condições vulneráveis de trabalho, teriam em seu vínculo com o emprego uma relação temporária, aleatória e incerta.

Para Gorz, essa nova classe que vive a vulnerabilidade do presente não possui nenhuma concepção de sociedade futura; por isso, [...] ela (a não-classe-de-não-trabalhadores) não pode ser definida como outrora fizera Marx, a partir de sua inserção no processo social de produção, posto que o trabalho para Gorz não é mais a atividade principal, haja vista que a revolução microeletrônica inaugura uma nova ordem, cujas consequências mais visíveis são a diminuição da quantidade de trabalho social disponível e o aumento do desemprego de natureza tecnológica (ORGANISTA, 2006, p.34).

Em 2003, em seu novo livro *O Imaterial*, Gorz aprofundava o debate sobre a suposta crise do conceito de valor na sociedade por ele denominada pós-industrial. Para o autor, estaríamos vivenciando uma progressiva substituição do trabalho simples (material) pelo complexo (imaterial). Nesta fase da vida social, também denominada pelo autor como capitalismo cognitivo, o conhecimento convertera-se em principal força produtiva, pondo em xeque a teoria do valor-trabalho, de Marx.

Na visão do autor, a diminuição do emprego de trabalhadores e o crescente predomínio do trabalho imaterial na vida social gerariam uma situação na qual os “produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado” (GORZ, 2003, p.29). Por um lado, os diferentes atributos cognitivos

presentes nas mercadorias impossibilitariam a mensuração de seu valor de troca, já não quantificável por meio do trabalho social nela contido. Segundo Gorz, “o caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de ‘sobretabalho’ e de ‘sobrevalor’” (GORZ, 2003, p.29). Por outro lado, o controle sobre os “produtos da atividade social”, necessário ao capital, estaria cada vez mais ameaçado pelo desenvolvimento da informatização, da *web* e dos *softwares* livres. Nesse sentido, tanto o processo de produção de mercadorias como o de circulação tenderiam a escapar, de maneira progressiva, à lógica reprodutiva do capital, típica da sociedade industrial. Para Gorz:

O conhecimento é em grande parte “inteligência geral”, cultura comum, saber vivo e vivido. Ele não tem valor de troca, o que significa que ele pode, em princípio, ser partilhado à vontade, segundo a vontade de cada um e de todos, gratuitamente, especialmente na Internet (GORZ, 2003, p. 36).

Segundo o autor, “o capitalismo dito cognitivo é a crise do capitalismo” (GORZ, 2003, p. 43). Uma crise que se deslocaria, portanto, da contradição entre a diminuição do uso de trabalho vivo em relação à sua necessidade como fonte de produção de riqueza e valor, para a queda constante do “valor (de troca) dos produtos [causando] cedo ou tarde a diminuição do valor monetário da riqueza total produzida, assim como a diminuição do volume dos lucros” (GORZ, 2003, p. 37). “Como a sociedade da mercadoria pode perdurar, se a produção de mercadorias utiliza cada vez menos trabalho e põe em circulação cada vez menos moedas?”, pergunta Gorz (2003, p. 43). Para o autor, a negação do sistema desenvolve-se em seu próprio interior, sem que seja necessidade de qualquer força exterior para derrubá-lo (GORZ, 2003, p.70).

De maneira corrente, a ciência e a tecnologia são apresentadas como autônomas em relação à natureza de classe da sociedade capitalista. Não é à toa que, em Schaff, a ciência (e a tecnologia, em sua profunda inter-relação com a ciência), ocupará o lugar de principal força produtiva e, em Gorz, estará na base das transformações sociais em curso.

1.3. Capitalismo Informacional

No mesmo ano da publicação do livro de Gorz (2005), o sociólogo Manuel Castells publica “A Sociedade em Rede”. Nele, para entender uma nova estrutura

social, que se manifesta de diversas maneiras por conta da diversidade cultural e das instituições existentes em todo o planeta, o autor criou o conceito de "capitalismo informacional". Castells afirma que o que é específico no modo informacional é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como fonte de produtividade.

Buscando explicações para a emergência de um novo sistema tecnológico na década de 1970, diferente da visão de Kumar (1978), Castells descarta o argumento de que essa nova sociedade informacional seria resultado direto de pesquisas militares norte-americanas. Para o autor, tanto essa hipótese, quanto a que aponta que essa nova sociedade, é uma resposta do sistema capitalista para superar a crise econômica, e devem ser descartadas. A dinâmica autônoma da descoberta e a difusão tecnológica, inclusive dos efeitos sinérgicos entre todas as tecnologias mais importantes, são responsáveis pelo surgimento desse novo sistema, segundo Castells (2003, p. 68).

O autor afirma que o microprocessador possibilitou a criação do microcomputador, os avanços das telecomunicações possibilitaram o funcionamento dos microcomputadores em rede, as aplicações dessas tecnologias alavancaram a produção de semicondutores, novos *softwares* foram estimulados pelos novos microcomputadores, e assim por diante.

A nova economia, tendo os negócios eletrônicos como ponta de lança, não é uma economia on-line, mas uma economia movida pela tecnologia da informação, dependente de profissionais autoprogramáveis e organizada em torno de redes de computadores. Essas parecem ser as fontes do crescimento da produtividade do trabalho, e portanto da criação de riqueza, na Era da Informação. No entanto, se os profissionais são a fonte de produtividade, seu poder criativo e a eficiência da organização empresarial dependem em última análise da inovação. A inovação é uma função de trabalho altamente especializado e da existência de organizações de criação do conhecimento. E o processo de inovação é também transformado na economia eletrônica, já que os usos da Internet desempenham um papel fundamental no modo como é alcançada (CASTELLS, 2003, p. 85).

A primeira revolução em tecnologia da informação concentrou-se nos Estados Unidos, na Califórnia nos anos 1970, como resultado de indução tecnológica e não como determinação social. A partir da tecnologia disponível nos anos 1970, foi

possível a reestruturação socioeconômica dos anos 1980, que por sua vez, condicionou os usos e a trajetória da tecnologia nos anos 1990.

Entre outras consequências, uma economia eletrônica requer o desenvolvimento de um aprendizado eletrônico como companheiro permanente da vida profissional. As características mais importantes deste processo de aprendizado são, em primeiro lugar, aprender a aprender, já que a informação mais específica tende a ficar obsoleta em poucos anos, pois operamos numa economia que muda com a velocidade da Internet; em segundo lugar, a capacidade de transformar a informação obtida a partir do processo de aprendizado em conhecimento específico (CASTELLS, 2003, p. 78).

O surgimento da sociedade em rede é resultado da interação dessas duas forças, relativamente, autônomas: “o desenvolvimento de novas tecnologias e a tentativa da sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (CASTELLS, 2003, p. 69).

Do processo de reestruturação capitalista, apoiado pelas tecnologias da informação, resulta o novo sistema econômico e tecnológico: capitalismo informacional. *“Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo”* (CASTELLS, 1999, p, 78, grifo do autor).

Para Castells (1999), considerando-se a rapidez do ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios, a difusão da tecnologia amplifica seu poder, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (CASTELLS, 1999, p. 51).

Existem, no entanto, grandes áreas do mundo e muitos segmentos da população que não estão conectados ao novo sistema tecnológico, e isso representa uma fonte crucial de desigualdade social. A informação é a matéria- prima fundamental; são tecnologias para agir sobre a informação e não apenas informação para agir sobre a tecnologia, assim, *o desenvolvimento de novas tecnologias é “a*

tentativa da sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder” (CASTELLS, 1999, 69, grifo do autor).

A economia capitalista, que há muito tempo não reconhecia fronteiras, impulsionada pela concorrência e potencializada pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informação, passou a operar em tempo real, em escala global. Nesse movimento contínuo de expansão, ao mesmo tempo em que temos assistido ao fechamento de várias plantas produtivas nos países centrais, dando inclusive a impressão do esvaziamento do trabalho produtivo, novas foram abertas, nos mais diversos cantos do planeta, na busca por condições mais favoráveis à acumulação de capital.

Nesse cenário, o conceito de *capitalismo informacional* elege a tecnologia de informação como o paradigma que estrutura o modo de produção. A produtividade é a fonte da riqueza das nações e a tecnologia é o fator que induz a produtividade. Empresas e nações são os verdadeiros agentes do crescimento econômico. Empresas são motivadas não pela produtividade e sim pela lucratividade, para a qual a produtividade e a tecnologia podem ser meios importantes, mas não os únicos.

As instituições políticas estão voltadas para a maximização da competitividade de suas economias. “A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade” (CASTELLS, 1999, p.100). E o processo de globalização realimenta o crescimento da produtividade, na medida em que as empresas melhoram seu desempenho quando encaram maior concorrência ou disputam fatias de mercado. Possibilitada pelas novas tecnologias da informação, a integração global dos mercados financeiros teve um grande impacto na dissociação crescente entre o fluxo de capital e as economias nacionais. O capital, os capitalistas e as empresas capitalistas aumentaram substancialmente sua lucratividade nos anos 1990. Formase um núcleo de empresas que tiveram um grande crescimento de produtividade e lucratividade (microeletrônica, microcomputadores, telecomunicações, instituições financeiras) e, em torno delas, novas empresas capitalistas dinâmicas globais. Observa-se aí uma contradição entre o movimento lento da produtividade em economias nacionais considerado como um todo, e o crescimento explosivo de

alguns setores. “Embora a maior parte do PIB e dos empregos continue a depender de atividades voltadas para a economia interna, na verdade o que acontece com a concorrência nos mercados globais que determina a riqueza apropriada pelas empresas e pelo povo de cada país”. (CASTELLS, 1999, p.105).

O autor define as tecnologias da informação como um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação, telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica. Segundo ele, a principal característica da atual revolução tecnológica é a aplicação de tais conhecimentos e informação para criar novos conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo que se realimenta constantemente cujo uso resulta em inovação. O autor dá exemplos de como ocorre essa dinâmica da descoberta e difusão tecnológica e dos efeitos sinérgicos entre tais tecnologias:

[...] o microprocessador possibilitou o microcomputador; os avanços em telecomunicações, mencionados anteriormente, possibilitaram que os microcomputadores funcionassem em rede, aumentando assim seu poder e flexibilidade. As aplicações dessas tecnologias na indústria eletrônica ampliaram o potencial das novas tecnologias de fabricação e design na produção de semicondutores. Novos softwares foram estimulados pelo crescente mercado de microcomputadores que, por sua vez, explodiu com base nas novas aplicações e tecnologias de fácil utilização, nascidas da mente dos inventores de software. A ligação de computadores em rede expandiu-se com o uso de programas que viabilizaram uma teia mundial voltada para o usuário (CASTELLS, 1999, p. 97-98).

Segundo o autor, a existência dessas novas tecnologias deve-se, principalmente, a três fatores: estratégia militar, cooperação científica e iniciativa tecnológica. Para ele, o papel desempenhado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos no estágio de formação da revolução da tecnologia de informação foi fundamental durante as décadas de 1940 e 1970. A partir dos anos 1970, essa tecnologia começou a se difundir entre outros setores da sociedade e, nos anos 1980, foi responsável por uma mudança no sistema capitalista com a reestruturação organizacional e econômica das empresas e governos dos países do G-7, ou seja, países mais avançados economicamente. A partir da década de 1990, o compartilhamento de informações e a disponibilização de novas redes, prepararam o terreno para a integração global dos mercados financeiros e a articulação segmentada da produção e do comércio mundial. De acordo com Castells, o surgimento da sociedade em rede:

Não pode ser entendido sem a interação entre estas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder (CASTELLS, 1999, p. 98).

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação que formam um novo paradigma sóciotécnico ocorre, por um lado, devido à interação entre os programas de macropesquisa e os grandes mercados desenvolvidos pelos governos e, por outro lado, em função da inovação descentralizada incentivada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucesso pessoal rápidos. Ao comentar a dimensão social da revolução da tecnologia da informação, Castells cita Melvin Kranzberg: “A tecnologia não é boa nem ruim e também não é neutra”, afirmando que ela é uma força que está, cada vez mais, sob o padrão tecnológico atual que penetra no cerne da vida e da mente (CASTELLS, 1999).

Com esse fenômeno, surge no final do século XX, uma economia em escala global que Castells denomina de informacional, global e em rede. *Informacional* porque traz como características principais a produtividade e a competitividade de empresas, regiões ou nações que dependem de sua capacidade de criar, processar e usar a informação baseada em conhecimentos, com eficiência. Castells (1999) qualifica essa economia também como *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e os mercados estão organizados globalmente, de maneira direta ou por meio de uma rede interligada a agentes econômicos. E, finalmente, classifica-a como *em rede* porque a produtividade é gerada e a concorrência feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (Grifos meus)

Neste novo contexto, a produtividade como impulsionadora do processo econômico, deve ser analisada de outra maneira, como o próprio autor afirma:

Em suma, talvez uma proporção significativa da misteriosa desaceleração de produtividade seja resultado da crescente inadequação de estatísticas econômicas ao captarem os movimentos da nova economia informacional, exatamente devido ao amplo escopo de suas transformações sob o impacto da tecnologia da informação e das mudanças organizacionais conexas (CASTELLS, 1999, p. 131).

O autor afirma que, em longo prazo, a produtividade é a fonte da riqueza das nações e a tecnologia é o principal fator que leva à produtividade. Entretanto, segundo o ponto de vista dos agentes econômicos, a produtividade não é um objetivo em si, assim como o investimento em tecnologia também não é realizado devido à inovação tecnológica. As empresas e nações ou entidades políticas, tais como as regiões ou a União Europeia são os verdadeiros agentes do crescimento econômico. Elas atuam em cenário histórico específico, segundo as regras de um sistema econômico.

Assim, as empresas estarão motivadas não pela produtividade, e sim pela lucratividade e pelo aumento do valor de suas ações, para os quais a produtividade e a tecnologia podem ser meios importantes mas, com certeza, não os únicos. E as instituições políticas, moldadas por um conjunto maior de valores e interesses, estarão voltadas, na esfera econômica, para a maximização da competitividade de suas economias. A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade. São suas dinâmicas históricas concretas que nos podem fornecer as pistas para o entendimento dos caprichos da produtividade. Os anos 70 foram, ao mesmo tempo, época provável do nascimento da evolução da tecnologia da informação e uma linha divisória na evolução do capitalismo (CASTELLS, 1999, p. 131).

O capital, os capitalistas e as empresas capitalistas como um todo passaram a se estender globalmente, pois o capital necessitava de extrema mobilidade e as empresas de uma capacidade de informação maior proporcionada pela tecnologia; no início da década de 1980, a integração desses fatores resultou em um aumento da lucratividade, cujo ápice ocorreu na década de 1990.

Castells destaca que a economia é informacional, mas não está apenas fundamentada na informação, pois as características culturais e institucionais de todo sistema social devem ser inseridas, quando o novo paradigma tecnológico é colocado em prática e é difundido. Como o autor esclarece “a economia industrial também, não se baseou apenas no uso de novas fontes de energia de produção, mas no surgimento de uma cultura industrial, caracterizada por uma nova divisão social e técnica do trabalho” (CASTELLS, 1999, p. 131).

O autor afirma que a economia informacional é global e que esse conceito faz parte de uma nova realidade histórica, diferente do conceito de uma economia mundial. Para fundamentar seu argumento, Castells recorre a Braudel (1967) e a

Wallerstein (1974) para explicar o conceito de economia mundial: é “uma economia em que a acumulação de capital avança por todo mundo, existe no Ocidente, no mínimo, desde o século XVI.”. Já a definição da economia global parte de outro pressuposto: “Uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária” (CASTELLS, 1999, p.142)

Castells destaca, que embora global, a economia não traz os mesmos benefícios de desenvolvimento econômico para todos os países, existe uma disparidade fundamental entre eles com relação à integração e à potencialidade para concorrência. Essa diferenciação se estende a regiões no interior de cada país também.

A consequência dessa concentração de recursos, dinamismo e riqueza em certos territórios é a segmentação cada vez maior da população mundial, acompanhando a segmentação de economia global e, por fim, levando a tendências globais de aumento da desigualdade e da exclusão social (CASTELLS, 1999, p. 175).

Segundo o autor, as crises econômicas dos diferentes mercados, como o asiático, mexicano e russo tornam evidente o poder destrutivo da volatilidade na economia global. “O novo sistema econômico é, ao mesmo tempo, bem dinâmico, seletivo, exclusionário e instável dentro de seus limites”. (CASTELLS, 1999, p. 175). As novas tecnologias de comunicação e informática que suprem “as redes de capital, produção e comércio estão aptas a identificar fontes de geração de valor em qualquer parte do mundo, e vinculá-las.” (CASTELLS, 1999, p. 175). Ainda que os segmentos mais importantes de todas as economias estejam ligados à rede global, o mesmo não ocorre com os segmentos dos países, regiões, setores econômicos e sociedades locais, pois esses não estão conectados aos processos de acumulação e consumo típicos da economia informacional/global. Em torno da empresa emergente em rede ocorreu uma transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas, tal transformação é o meio principal pelo qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral.

Dessa forma, com as rápidas transformações nos meios e nos modos de produção, resultado da revolução tecnológica e de um modo de produção cujo valor está assentado na informação, as novas tecnologias e os frutos da revolução

tecnológica tendem a ampliar o distanciamento entre ricos e pobres criando novos excluídos: os excluídos digitais. Assim, para se pensar nessa questão, analisaremos no capítulo 2, os autores que defendem que é imperativo pensar no modelo de inclusão digital como processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção daqueles que desejarem na sociedade da informação. E no capítulo 3, os que se contrapõem a essa tese, defendendo que o transbordamento da informática para todas as esferas da sociedade pode trazer a exclusão dos menos favorecidos, além de promover os interesses do capital.

Acredita-se que a inclusão digital e social do cidadão permite a ele ter acesso a informações disponíveis na Internet e, assim, produzir e disseminar conhecimento. A inclusão digital insere-se no movimento maior de inclusão social, um dos grandes objetivos compartilhados por diversos governos ao redor do mundo nas últimas décadas, como veremos no capítulo a seguir.

2. INCLUSÃO DIGITAL COMO AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o papel das novas tecnologias digitais no processo de inclusão social no contexto do capitalismo informacional e questionar a validade do discurso hegemônico das diversas esferas da sociedade que defendem a inclusão digital como maneira de capacitar o cidadão para o mercado de trabalho e para a cidadania.

2.1. Cidadania e Inclusão digital

Aristóteles afirma que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade e que a palavra, habilidade exclusivamente humana, permite a compreensão do que é justo ou injusto. Mas como saber o que os cidadãos consideram justo? De acordo com John Rawls (apud CORTINA, 2005, p. 21), é tarefa da “filosofia política elaborar uma teoria da *justiça* distributiva que possa ser compartilhada por todos os membros de uma sociedade com democracia liberal”. No entanto, Cortina (2005) destaca que não é fácil se conceber uma teoria que alcance as diversas formas de se perceber o mundo e o conceito que os diferentes grupos que formam a sociedade têm de dignidade e felicidade.

A autora ainda aponta que é importante que as sociedades consigam articular o senso de justiça e as ofertas de felicidade e retoma a distinção estabelecida por Rousseau entre o “homem” e o “cidadão” para esclarecer como se pode chegar a esse objetivo. O propósito do homem é a felicidade; enquanto o do cidadão, como membro da sociedade, é que ela seja justa com ele, que disponibilize os bens fundamentais para que ele possa levar à frente, individualmente, um projeto de vida feliz.

Dessa forma, o liberalismo político declara:

[...] sua natureza de doutrina política unicamente interessada pelo cidadão, não pelo homem, e entende que deve se comprometer na defesa da concepção da justiça em torno da qual já existe um consenso, consciente ou inconscientemente.

Aumentar a adesão a essa concepção de justiça já compartilhada, tomá-la como referência para resolver os conflitos que se apresentam na sociedade, é um dever moral de civilidade, é um dever moral que cria a comunidade (CORTINA, 2005, p.23).

No entanto, a autora destaca a dificuldade de se motivar os cidadãos a participarem da “coisa pública a partir da nua e crua racionalidade procedimental que se expressa por meio das teorias liberais da justiça” (CORTINA, 2005, p. 25). Ela aponta, ainda, como alternativa, a necessidade de se criar uma concepção de justiça a partir das formas de vida das comunidades concretas, pois:

Só a pessoa que se sente membro de uma comunidade concreta, que propõe uma forma de vida determinada; só quem se sabe reconhecido por uma comunidade desse tipo como um dos seus e adquire sua própria identidade como um membro dela pode sentir-se motivado a se integrar ativamente nela (CORTINA, 2005, p. 26).

Isso significa que não é suficiente a racionalidade da justiça “procedimental” para viver, “são necessários também o sentido e a felicidade que se encontram nas comunidades” (CORTINA, 2005, p. 26).

Assim, a autora traz a idéia de cidadania para essa discussão. O termo tem sido empregado, cada vez mais, na sociedade contemporânea brasileira, faz parte das propagandas governamentais e também das que são veiculadas pelas redes de televisão, aparece nos cartazes do transporte público e já foi incorporado por grande parte da população. O conceito que a palavra cidadania traz parece estar tão presente quanto o seu uso, no entanto, ele surge dos embates entre liberais e comunitários, a partir da década de 1980, de acordo com Cortina (2005).

Tendo em vista esses pressupostos unidos em torno do conceito de cidadania, a autora afirma que, para que haja a superação das crises e contradições nas sociedades pós-capitalistas e pós-liberais e, para que se instaure uma democracia sustentável em que os cidadãos possam exercer plenamente os seus direitos, é fundamental que caminhem juntos os conceitos de racionalidade, justiça e o sentimento de pertença, isto é, o sentimento de pertencer a uma comunidade justa.

Cortina (2005) ainda afirma que:

Construir uma teoria da cidadania que satisfaça a todos os requisitos exigidos por noções atuais de justiça e de pertença, uma noção de cidadania capaz de motivar os membros de uma sociedade a dar sua adesão a projetos comuns sem empregar para tanto recursos enganadores, exige que se enfrente um conjunto amplo de problemas, frequentemente herdados, outras vezes novos (CORTINA, 2005, p. 28).

Para uma melhor compreensão da afirmação de Cortina, vamos começar com a definição de cidadania. Segundo o Dicionário Houaiss, cidadania é a “condição da pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política.”. Para Heather (apud CORTINA, 2005, p. 31):

A cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente.

No entanto, conforme salienta o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho, na sociedade contemporânea, o conceito de cidadania desdobrou-se em direitos civis, políticos e sociais e tornou-se imperativo para a construção de uma sociedade democrática.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos (CARVALHO, 2002, p. 9).

Dessa forma, um cidadão pleno deve ter garantidos todos os seus direitos. Carvalho (2002) define cada um deles, a começar pelos direitos civis:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual (CARVALHO, 2002, p.9).

Em seguida, o autor argumenta que um cidadão incompleto pode ter direitos civis, sem gozar dos direitos políticos já que:

Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. Se pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir

formalmente mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno (CARVALHO, 2002, p. 10).

Por fim, Carvalho (2002) aborda o conceito dos direitos sociais, que garantem a justiça social, afirmando que:

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2002, p. 10).

Ao longo da história da humanidade, várias mudanças profundas e determinantes ocorreram na forma como os diferentes grupos sociais, em todo o mundo, organizaram-se para reivindicar e garantir o exercício pleno de seus direitos. Muitos fatores geraram essas alterações, agindo de maneira decisiva na forma como esses grupos se organizavam e se comunicavam.

Se algumas revoluções tecnológicas, como a máquina a vapor e a imprensa de Gutemberg, criaram verdadeiras revoluções sociais, econômicas e culturais, pode-se afirmar que as invenções relacionadas à história da informática e da Internet revolucionaram culturalmente e socialmente os últimos anos do século XX e foram fundamentais para que ocorressem transformações profundas nas formas de organização e comunicação social na primeira década do século XXI. Pois, como afirma Castells (1999), a comunicação pelas redes digitais não se restringe aos países democráticos, em que os cidadãos têm seus direitos respeitados plenamente, mas alcança também as sociedades ditatoriais. Um bom exemplo é a “primavera árabe”, uma série de protestos iniciados nos países árabes no fim de 2010 e começo de 2011, cuja organização se deu pela “rede”.

Além da influência determinante nas formas como a sociedade civil se organiza, esses meios de comunicação, para Castells (1999), são o espaço social onde o poder é decidido. Assim, se os meios de comunicação digital têm, cada vez mais, um papel decisivo nas esferas política, social e civil, é preciso que exista uma democratização no uso de tais meios para que todos os segmentos da sociedade participem desses espaços.

No caso do Brasil, Silveira (2004) destaca que, para os movimentos sociais participarem de forma decisiva no espaço de comunicação, é necessário que se criem mais redes e que o grau de autonomia tecnológica desses grupos se eleve. O autor ainda afirma que esses meios são fundamentais para que as estratégias de poder se mantenham ou se transformem. Dessa maneira, a inclusão digital dos segmentos mais pobres da sociedade nas redes digitais poderá fazer com que as disputas políticas tornem-se mais complexas e variadas.

Para Silveira (2004), a inclusão digital é a chave para a inclusão social porque se é na esfera dos direitos sociais que os cidadãos podem ter acesso à educação, ao trabalho e ao salário justo, entre outros direitos, e se é em sociedades politicamente organizadas que o exercício pleno dos direitos civis oferece a possibilidade de que as desigualdades decorrentes do capitalismo sejam reduzidas, a inclusão digital é um passo fundamental para que a cidadania ocorra.

2.2. A tecnoutopia dos tecnófilos

Alice Hilton foi uma entusiasta precursora do termo cibercultura com o qual se referia a “uma exigência ética da nova era da automação” capaz de levar a sociedade, inevitavelmente, a “um desafio ético universal” (HILTON apud RÜDIGER, 2001, p. 8).

A autora afirma que, embora a humanidade viva um momento em que é impelida a fazer uma escolha entre a “educação emancipatória e o lazer criativo, de um lado, e a adaptação mecânica e a idiotia apática de outro” (HILTON apud RÜDIGER, 2001, p.8), quem souber usar a máquina “com sabedoria” terá acesso à liberdade em seu sentido mais amplo.

Para Rüdiger (2001), a disseminação da Internet tornou as teorias sobre a cibercultura mais abrangentes e, dessa forma, surgiram alguns autores que começaram a definir esse fenômeno. Entre eles, Pierre Levy, que explica o ciberespaço, ou rede, como:

[...] um novo meio de comunicação que surge da informação da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LEVY, 2010, p.17).

No que se refere à cibercultura, o autor a define como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 2010, p.17).

Já Nicholas Negroponte vê a cibercultura como o resultado do processo da migração de uma sociedade que se baseava em átomos – onde a detenção da informação era privilégio da classe dominante – para outra fundamentada em bits, a era pós-informação, em que o acesso à informação é personalizado. O impacto dessa migração tem a capacidade de transformar vidas e é impossível detê-lo, afirma o autor. Esse processo tem quatro características que o definem: “a descentralização, a globalização, a harmonização e a capacitação [da humanidade]” (NEGROPONTE, 2002, p.216).

Georges Gilder, outro teórico da cibercultura, compartilha dessa linha de pensamento, porém, elabora uma visão mais abrangente, pois acrescenta ao que foi destacado por Negroponte, a ideia de que “a informática de comunicação tem um sentido libertador para o indivíduo”. O autor também anuncia a “chegada de uma nova era, em que não haverá mais lugar para a tirania da comunicação de cima para baixo, conforme ilustrada pelo império da televisão”. Dessa maneira, essa nova era democratiza a informação e, como todos podem acessá-la, os meios tecnológicos abrem inúmeras possibilidades mercadológicas para as empresas, pois aproximam o consumidor do mercado (GILDER apud RÜDIGER, 2001, p. 26).

Para entender as ideias de Gilder existe uma palavra-chave: convergência, cuja definição tomamos emprestada de Jenkins, que partilha da mesma ideia:

Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKIS, 2009, p.27).

O conceito de convergência surge com novos significados num cenário em que nem as mídias digitais substituíram as antigas, como a TV, nem passaram despercebidas, isto é, chegaram e não mudaram nada. Para Gilder, “a verdade está no meio termo”, ou seja, “a indústria da informática está convergindo com a indústria da televisão”, uma não está se sobrepondo à outra.

O autor ainda afirma que “os líderes da indústria midiática estão retornando à convergência como uma forma de encontrar sentido, num momento de confusas transformações” (GILDER apud JENKIS, p. 30-31).

Howard Rheingold foi um dos primeiros acadêmicos a discorrer sobre a revolução informática e analisar seus possíveis impactos na sociedade. O autor afirma que “as redes de computadores são necessárias para recapturar o espírito cooperativo que tantas pessoas pareciam ter perdido quando adquiriram sua tecnologia”, porque os computadores pessoais ligados em rede permitem a comunicação e “podem promover uma mudança de consciência num sentido igualitário, cooperativo e emancipatório”, desde que, estejam em mãos adequadas e a serviço de novas formas de convivência em sociedade (RHEINGOLD apud RÜDIGER, 2001, p. 27-28).

Outro teórico, Dan Gillmor (2001), reforça a ideia da democratização da comunicação, pois “qualquer pessoa que possua uma ligação à Internet pode ser proprietária de seu próprio órgão de comunicação”. Além disso, de acordo com Gillmor, qualquer pessoa pode produzir e publicar textos e notícias. A consequência imediata é a ruptura do monopólio que as empresas jornalísticas e de comunicação exerciam anteriormente.

As pessoas não estão apenas se tornando capazes de produzirem suas próprias informações, mas estão se redirecionando para essas novas fontes de recreação e conhecimento, em que elas mesmas se transformam, com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação (GILLMOR apud RÜDIGER, 2001, p. 29)

Como os autores citados anteriormente, Jenkins acredita na democratização da informação e na cibercultura como um meio para formar um processo que, a partir da iniciativa das massas, possa influenciar o impacto que as grandes instituições políticas e econômicas causam no dia a dia.

Sob o ponto de vista de Jenkins, a cibercultura estimula e promove espaço para que desponham novos criadores de conteúdo. “A ênfase toda do autor é posta nas práticas que a nova mídia promove e no sentido que suas técnicas ensejam, pelo uso, na vida cotidiana” (JENKIS apud RÜDIGER, 2001, p. 30).

O autor não dá importância ao conteúdo que as pessoas acessam na Internet, seu foco está voltado para a conversação entre elas, pois essa atitude mostra que as pessoas comuns, aos poucos, tornam-se capazes de expressar suas ideias e, com isso, de participar do processo político (JENKIS apud RÜDIGER, p. 31).

De acordo com todos os tecnófilos, estamos em meio a uma revolução cultural que se fundamenta na disseminação das mídias digitais interativas e que possuem a tendência de diminuir o poder das empresas de multimídia e dos especialistas em cultura e comunicação sobre as pessoas comuns.

Assim, a principal característica da cibercultura é o domínio que o público exerce sobre o conteúdo do meio e sobre a comunicação. O acesso fácil à Internet e aos equipamentos de informática possibilita que milhões de pessoas interajam e se transformem em sujeitos participativos do processo de comunicação. Democratizando a comunicação, democratiza-se também a informação e o conhecimento que, por sua vez, confere maior poder ao indivíduo, para que ele exerça plenamente seus direitos de cidadão: reivindicando seu direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; participando ativamente dos rumos da sociedade em que vive e garantindo o direito à educação, ao trabalho e à saúde.

Tendo vista o exposto acima, o desafio consiste em garantir que as pessoas tenham acesso amplo e ilimitado às senhas info-técnicas (*hardwares*, *softwares*) para que possam participar amplamente da sociedade da informação. Como vimos, se por um lado os tecnófilos apostam que as tecnologias informacionais garantem a ampliação da liberdade de expressão, por outro, o não acesso configura uma nova

modalidade de exclusão social: os infoexcluídos. Para que isso não ocorra, é necessário que haja um programa amplo de inclusão digital.

2.3. Inclusão digital ou exclusão social: a visão de Warschauer

Warschauer afirma que a inclusão digital “caracteriza-se não apenas pelo acesso físico a computadores e à conectividade, mas também a recursos adicionais, que permitem que as pessoas utilizem a tecnologia de modo satisfatório” (2006, p. 20), ou seja, não é suficiente ter acesso à rede e seus suportes, também é fundamental analisar criticamente e entender tanto os mecanismos de acesso à informação quanto seu conteúdo.

O autor ressalta que a ideia dominante de inclusão digital como acesso dos indivíduos aos computadores e à Internet dificilmente será superada pelas pessoas, pois esse discurso é de senso comum entre os diferentes setores da sociedade. Ainda de acordo com Warschauer, sob o ponto vista político, o uso da TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) com grupos marginalizados não é a superação da exclusão digital, mas sim a promoção de um processo de inclusão social. Para que isso aconteça, é necessário “focalizar a transformação, e não a tecnologia” (JARBOE, 2001, apud WARSCHAUER, 2006, p. 24). Dessa maneira, a inclusão digital é apenas um passo de um processo mais amplo para a inclusão social e que passa pela garantia de acesso do cidadão aos seus direitos civis, políticos e sociais, conforme já vimos em José Murilo de Carvalho, ao definir o conceito de cidadania e seus desdobramentos.

Warschauer (2006) aponta que, além da premissa da capacidade dos indivíduos de acessar e adaptar a informação pelo uso das novas tecnologias, essas implicam na criação de novos conhecimentos decisivos para uma efetiva inclusão social na época atual.

O conceito de inclusão social, portanto, para Warschauer, é mais complexo do que uma simples questão de distribuição adequada dos recursos disponíveis, refere-se também à participação na definição e no destino das oportunidades de vidas individuais e coletivas, pois, da mesma forma que os desfavorecidos podem ter participação e inclusão mais plena, mesmo sem que tenham acesso à partilha igual

dos recursos, os mais favorecidos podem ser excluídos socialmente por causa da perseguição política ou da discriminação devido à idade, preferência sexual, ao gênero ou a qualquer tipo de deficiência física ou mental.

Analisando a transformação ocorrida na economia, na sociedade e na tecnologia global, Warschauer lembra que, nos E.U.A., na metade da década de 1990, houve uma explosão associada à Internet e, um consequente “boom” das empresas ligadas a ela. Esse fenômeno gerou um equívoco em relação às TICs, como se elas criassem uma realidade paralela à qual todo cidadão deveria “adentrar a qualquer preço” (WARSCHAUER, 2006, p. 30). Porém, esse cenário econômico não se manteve, as vendas de computadores e as taxas de crescimento da Internet estabilizaram-se. Atualmente, os países mais ricos não dão mais tanta importância à questão da exclusão digital, uma vez que qualquer cidadão que deseje ter acesso físico ao computador e à conectividade pode fazê-lo.

O autor afirma que a mudança de foco da exclusão digital para a inclusão social, está baseada em três aspectos:

- 1) a nova economia da informação e a nova sociedade de rede emergiram;
- 2) a TIC desempenha um papel decisivo em todos os aspectos dessa nova sociedade;
- 3) o acesso à TIC, definido de modo amplo, pode ajudar a determinar a diferença entre marginalização e inclusão nessa nova era socioeconômica (WARSCHAUER, 2006, p. 31).

Para ele, tanto nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, “nas áreas urbanas ou rurais, para objetivos econômicos ou sociopolíticos, o acesso à TIC constitui uma condição-chave e necessária para a superação da exclusão social na sociedade da informação” (WARCHAUER, 2006, p. 54).

2.4. A inclusão digital como acesso à cidadania, na visão de Silveira

Numa sociedade em que a tecnologia comunicacional é o elemento de maior valor, ter acesso e controle sobre ela é a condição *sine qua non* para tornar-se um cidadão completo, conforme sentencia Carvalho (2002). Essa opinião é compartilhada por Silveira (2009, p. 1.) que afirma que “não se pode pensar em cidadania sem pensar em inclusão digital”.

Nesse contexto, emergem como valores sociais de referência, a inclusão e a visibilidade. Há uma visão quase hegemônica que associa o tema da inclusão digital ao acesso ou à limitação aos recursos tecnológicos, mais especificamente, ao computador e à Internet, apontando a "exclusão digital" como sinônimo de "exclusão social", uma vez que, para Silveira, "a comunicação fundamental da nossa sociedade já é a comunicação mediada por computador" (SILVEIRA, 2004, p. 8).

Diante desse pressuposto, ter o direito de acesso às tecnologias digitais é garantir a liberdade de expressão e como tal deve ser assegurado a *todo o cidadão* (grifo nosso). Silveira ainda afirma que:

Na sociedade da informação, a defesa da inclusão digital é fundamental não apenas por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas também por razões sociopolíticas, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação (SILVEIRA, 2004, p.30).

Segundo o autor, para que exista a comunicação, presume-se que o indivíduo tenha afiançado o acesso às redes de informação e seus suportes, dessa forma, todos na sociedade teriam ao seu alcance as mesmas possibilidades de ingressar na sociedade da informação.

Comunicar na sociedade pós-moderna é poder interagir nas redes de informação. Não é suficiente possuir uma mente livre se nossas palavras não podem circular como palavras dos outros. A maioria da população, ao ser privada do acesso à comunicação por meio do computador, está simplesmente sendo impedida de se comunicar pelo meio mais ágil, completo e abrangente (SILVEIRA, 2004, p.30).

Silveira define essa situação como "*apartheid* digital"¹, porque representa o rompimento de uma forma de liberdade universal e de acesso à participação das diretrizes da sociedade, criando assim dois grupos de cidadãos: (...) aquele que pode acessar instantaneamente o que os outros falam, com eles podendo interagir, e aqueles que estão privados da velocidade de comunicação (SILVEIRA, 2004, p. 30).

Por outro lado, Silveira considera o acesso igualitário à tecnologia, apenas a primeira etapa de uma longa caminhada. O autor acredita que o acesso às TICs, na

¹ Segundo o autor, este termo em inglês define o abismo ou o fosso que divide as pessoas que possuem habilidades para lidar com computadores das não alfabetizadas digitalmente. Sergio Amadeu SILVEIRA. *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*, p.32.

sociedade contemporânea, que ele define como “hipercapitalista e multiexcludente” (2004, p. 5), pode ser uma opção no combate à pobreza e à exclusão social, mas para que isso aconteça, é necessário identificar as origens do problema. Silveira aponta a falta de crédito, a deficiência do sistema educacional e a ausência do acesso às TICs como as principais causas dessa carência.

O autor acredita que, desde os primórdios da história da sociedade “o processo de disseminação de ideias sempre foi fundamental para a manutenção ou alteração do poder na sociedade” (SILVEIRA, 2004, p. 7). Por essa razão, os grupos dominantes logram tomar para si os novos inventos que são uma forma de preservar o seu poder. No entanto, há de se considerar que o controle de um novo processo tecnológico “pode alterar os círculos de poder e até mesmo a classificação das nações mais poderosas”. (SILVEIRA, 2004, p. 5). As transformações econômicas, sociais e culturais em curso desde o início dessa revolução da tecnologia da informação estão bem claras para o autor, a questão a ser considerada e que merece destaque é “perceber que a apropriação e os usos dessas tecnologias, bem como o controle dos fluxos de informação, são as novas questões políticas e sociais” (SILVEIRA, 2004, p.10). O autor considera que, no âmago dessa revolução, está “o uso do computador como instrumento vital da comunicação, economia e da gestão do poder” (SILVEIRA, 2004, p.8).

Silveira (2004) concorda com a afirmação de Castells (1999), que o principal impacto causado pelas novas tecnologias na sociedade informacional é o desemprego tecnológico, que disseminou um novo paradigma econômico e produtivo baseado na informação. É possível fazer tal constatação observando a substituição de postos de trabalho por *softwares* e leitores óticos de códigos de barras.

O autor também reconhece que as novas tecnologias e os resultados dessa revolução trazem como consequência uma tendência a ampliar o distanciamento entre ricos e pobres. Porém, considera este processo ambivalente e indefinido. Dessa maneira, existe uma chance de se evitar que o abismo entre “info-ricos” e “info-pobres”² se amplie, promovendo a inclusão social; que só obterá êxito se a

² Termos usado pelo autor para demonstrar as diferenças entre indivíduos que tem acesso às tecnologias digitais e os que não têm. **SILVEIRA S. A.**. Exclusão digital: a miséria na era da informação, São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 16.

exclusão digital for enfrentada. O autor vai além, quando parte da premissa de que quem estiver incluído na sociedade da informação, terá muito mais chances de ingressar no mercado de trabalho, se comparado aos que vivem o *apartheid digital*.

[...] o adolescente das camadas pauperizadas fica privado de interagir com os produtores de conteúdo, de observá-los, de questioná-los e de copiar seus arquivos. Para a pessoa incluída na rede, a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado de sua busca. Quem está desconectado desconhece o oceano informacional, ficando impossibilitado de encontrar uma informação básica, de descobrir novos temas, de despertar para novos interesses (SILVEIRA, 2004, p. 17).

Em sua opinião, excluído digital é o indivíduo que, por alguma razão, está desprovido de “três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso” (SILVEIRA, 2004, p.18). Para o autor, a exclusão digital é como uma barreira para que os indivíduos exerçam seus direitos de cidadãos, pois:

[...] as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. (...) Estar fora da rede é ficar fora dos principais fluxos de informação. Desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância (SILVEIRA, 2004, p. 18).

Com a inclusão em massa das pessoas na sociedade da informação, ocorrerá uma intensa e rápida ampliação de possibilidades na cidadania, segundo o autor. Dessa forma, as pessoas que tomam conhecimento de seus direitos, passarão a perceber e a exigir mudanças nessa dinâmica social atual que é excludente e desigual, tornando-se cidadãos.

Ainda de acordo com o autor, outro fator deve ser apontado como barreira para o enfrentamento da exclusão digital: “o crescimento da comunicação mediada por computador no Brasil não inclui no mesmo ritmo, nem mesmo nas regiões mais desenvolvidas, todos os estratos sociais” (SILVEIRA, 2004, p. 20). Partindo dessas desigualdades e entendendo a informação como um recurso estratégico da sociedade contemporânea, Silveira avalia que:

A sociedade é cada vez mais a sociedade da informação e os agrupamentos sociais que não souberem manipular, reunir, desagregar, processar e analisar informações ficarão distantes da produção do conhecimento, estagnados ou vendo se agravar sua condição de miséria (SILVEIRA, 2004, p. 18).

O acesso à rede é um pequeno avanço imprescindível para que os indivíduos façam parte da sociedade, de acordo com o autor, que ressalta que a “informação somente gera conhecimento se for adequadamente tratada. É preciso inserir as pessoas no dilúvio informacional das redes e orientá-las sobre como obter conhecimento” (SILVEIRA, 2004, p. 21). Uma vez que a estrutura econômica e a organização do modo de produção na sociedade capitalista tende a, cada vez mais, ser mediado pelas novas tecnologias: a rede e seus suportes. Dessa forma, as camadas sociais menos favorecidas precisam ser capacitadas para acompanhar o constante crescimento e transformações das tecnologias intelectuais, pois, Silveira (SILVEIRA, 2004, p. 21) define esses fatores como primordiais para a inclusão na sociedade da informação.

A pobreza não será reduzida com cestas básicas, mas com a construção de coletivos sociais inteligentes, capazes de qualificar as pessoas para as novas formas de sociabilidade, permitindo que utilizem as ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida (SILVEIRA, 2004, p. 21).

O autor constata que a “infoinclusão³” pode ser a solução para os países que lutam contra a fome, o desemprego e que tenham graves deficiências na educação, porque ele acredita que “a inclusão digital maciça e a disseminação rápida do uso do computador podem fomentar e potencializar as forças sinérgicas de que nosso país tanto necessita (SILVEIRA, 2004, p. 22). O autor defende também a ideia de que a forma de eliminar a miséria é produzir riqueza, porque, “o conhecimento e a constante geração de competências são as principais fontes de riquezas das empresas, metrópoles e nações” (SILVEIRA, 2004, p. 23).

Para romper o ciclo da miséria, as ações de inclusão digital são essenciais, pois interrompem a reprodução do ciclo da ignorância e do atraso tecnológico, além de favorecer as grandes empresas da nova economia, que, por sua vez, para ter funcionários nesse novo contexto, têm que investir na capacitação da mão de obra, para o uso das redes e no conhecimento básico de informática. Silveira destaca outro ponto positivo que esse processo gera: “um enorme contingente de consumidores de produtos de informática, *hardware*, *software* e serviços de

³ Termo utilizado por Silveira para designar o processo de inclusão social em massa. **SILVEIRA S. A.**. Exclusão digital: a miséria na era da informação, São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 21.

manutenção” (SILVEIRA, 2004, p. 23). Assim, as grandes empresas, que se beneficiam desse processo, devem participar de sua implantação fomentando a prática e a manutenção da inclusão digital.

O autor acredita que as pessoas que não têm acesso às novas tecnologias, não fazem parte da sociedade da informação, mas estão tentando encontrar oportunidades para serem incluídas e dessa maneira “não perderem os *bits* da história” (SILVEIRA, 2004, p. 23). Atualmente, nesse cenário, algumas famílias vislumbram a possibilidade de ascensão social pelo acesso às novas tecnologias e seus suportes.

Uma questão fundamental para definir o papel estratégico da inclusão digital é estabelecer uma política que regule o processo de “infoinclusão”, que possa contribuir para que exista uma maior competitividade, no desenvolvimento de inovações e experimentos vitais, em *software* e *hardware*, dentro na economia internacional.

Uma política de inclusão digital maciça deve estar aliada ao desenvolvimento e à solidificação dos segmentos nacionais da tecnologia da informação... Quanto maior o número de iniciados e de alfabetizados tecnologicamente, maior será a sinergia indispensável à criatividade e à produção de tecnologia, fundamental para a inserção autônoma do país no mundo globalizado. Além disso, para combater as velhas mazelas sociais precisamos assentar nossa sociedade nas novas tecnologias (SILVEIRA, 2004, p. 25).

Silveira aponta que, nos encontros entre os principais líderes políticos, a exclusão digital já se faz presente na pauta de discussões. Outro ponto interessante, ressalta o autor, é uma tendência hegemônica no que se refere à inclusão digital como extensão da cidadania e condição de combate às carências das sociedades em desenvolvimento.

Pelo menos o discurso não tem separado nitidamente as forças políticas quando se trata de discutir a inclusão digital. Direita, centro e esquerda, socialistas, nekeynesianos e neoliberais, todos têm concordado com a ideia da alfabetização digital como prioridade para superar a pobreza (SILVEIRA, 2004, p. 32).

Existe um conflito entre os discursos do Estado, do mercado e da sociedade, que influencia nas escolhas tecnológicas dos indivíduos e na “distribuição equânime dos benefícios e ganhos da produção e criação sociais” (SILVEIRA, 2004, p.32).

Essa visão corrobora com a tese de que “combater” a pobreza é combater a exclusão digital. Entre algumas providências que estão sendo tomadas, encontra-se a implantação maciça de laboratórios e salas de informática nas escolas e bibliotecas. No entanto, é preciso que os profissionais que vão lidar com essa estrutura que começa a ser disponibilizada, estejam devidamente capacitados e possam contar com suporte de um planejamento pedagógico adequado.

Todas essas ações têm o objetivo de promover um ambiente em que o cidadão pobre “aprenda a aprender” sem depender necessariamente de um instrutor, ou seja, que o cidadão “se emancipe ao entrar no mundo da informação e do conhecimento” (SILVEIRA, 2004, p. 34).

As várias iniciativas de inclusão digital podem confluir para a construção de uma gigantesca rede pública de comunicação, principalmente pela construção dos telecentros na periferia das cidades. Esta malha de grande capilaridade permitirá viabilizar os experimentos de orçamento participativo e as eleições eletrônicas para os conselhos municipais (da criança e do adolescente, do idoso, dos jovens, etc.) (SILVEIRA, 2004, p. 39).

O autor acredita que, se a criação e o desenvolvimento de *softwares* livres forem estimulados, a sociedade obterá autonomia tecnológica, além de eles permitirem a “afirmação de nossa cidadania e de nossa inteligência coletiva” (SILVEIRA, 2004, p. 39).

Dessa forma, o autor conclui que é necessário “elevar a questão da inclusão digital e da alfabetização tecnológica à condição de política pública”, pois, entende que:

[...] cabe ao Estado em suas três esferas, articular e implementar planos de inclusão digital que busquem ampliar a cidadania a partir do uso intensivo das tecnologias da informação, inserir camadas mais pauperizadas na sociedade da informação e do conhecimento e tornar o acesso à rede mundial de computadores um direito básico” (SILVEIRA, 2004, p. 43).

3. CRÍTICA À CIBERCULTURA

O objetivo deste capítulo é conhecer e analisar as ideias dos teóricos que apontam para uma visão crítica da cibercultura e, portanto, da inclusão digital. Para esses autores, nesse universo, impera a vontade da maioria e a existência de um discurso ideológico que, além de fetichizar a tecnologia, mascara a pressão econômica que impõe ao indivíduo a obrigatoriedade da informacionalidade, mostrando, dessa maneira, que a inclusão digital está mais a serviço do capital do que a serviço do cidadão.

3.1. A corrupção da inteligência

Diferentemente dos teóricos que veem a democratização da informação como uma das funções positivas e primordiais da cibercultura, além de ser um passo fundamental para a inserção social, Keen (2011) acredita que a massificação das tecnologias comunicacionais pode levar a um igualitarismo que, por sua vez, pode corromper a inteligência, já que a revolução social das tecnologias de informação e comunicação está massificando as “atividades culturais com base em práticas e medidas muito medíocres” (KEEN apud RÜDIGER, 2011, p. 33). O autor considera que, as ofertas de gratuidade podem extinguir o profissionalismo relativo à produção literária, artística e intelectual e cita como exemplo a bloguesfera, onde os usuários geram o conteúdo, sem nenhum controle de qualidade.

Keen (2011) ainda destaca, em suas críticas, que a *Web 2.0* oferece uma cultura fragmentada, um universo de conteúdos nem sempre confiáveis. Para o autor, corremos o risco de viver em uma sociedade com muita informação e pouco conhecimento. Além disso, ainda de acordo com o autor, a cibercultura é responsável por atribuir padrões éticos que definem o padrão de qualidade da informação que chega aos indivíduos, tal atribuição é extremamente negativa, pois os valores preconizados pela cibercultura são baseados na maioria e na popularidade, o que leva os anunciantes, que se preocupam com a qualidade de seus produtos, a abandonarem os veículos tradicionais – que seguem normas e critérios profissionais – prejudicando, dessa maneira, os profissionais da área.

Keen também afirma que é necessário defender a mídia do “culto amador” (expressão utilizada por Erik Neveu) e que “estão criando uma geração de salteadores informáticos segundo os quais todo o conteúdo da net é propriedade comum” (KEEN apud RÜDIGER, 2011, p. 34).

Dessa forma, o autor aponta que a *Web 2.0*:

Estimula uma democratização que solapa a verdade, esvazia o discurso cívico e rebaixa os talentos, pondo em xeque “o futuro de nossas instituições culturais”. O fato grave seria que, por meio da nova mídia, estimula-se um circuito narcisista, em que as pessoas se esquecem de que a procura às informações que apenas refletem suas crenças e opiniões, via de regra, não representa um avanço cognitivo, mas a perda do contato com outras, mais neutras, objetivas e diferentes, as únicas que favorecem a conversa esclarecida ou o debate fundamentado informado sobre qualquer assunto” (KEEN apud RÜDIGER, 2011, p. 35).

3.2. A subordinação do capitalismo

Robins (2011) partilha das ideias de Keen ao afirmar que a cibercultura promove um “coletivismo anônimo” e que, através dele “a maioria” se torna a referência dos valores, determinando o que é verdade ou não. Segundo o autor, é “o princípio que comanda os processos de integração e socialização” (RÜDIGER apud ROBINS, 2011, p. 38-39). O teórico afirma que a cibercultura é como:

[...] um campo em que o racionalismo tecnológico em voga se conecta dialeticamente com forças não racionais que nos lega ao passado. O vanguardismo tecnológico não pode ser separado de fantasias e imagens, cujas fontes não são racionais: o elemento primitivo que elas representam “está substantivamente implicado na realização dos objetivos do que é agora chamado de capitalismo pós-industrial ou informacional” (ROBINS apud RÜDIGER, 2011, p. 37).

Opondo-se àqueles que defendem a Internet como espaço para um fórum democrático de troca de ideias, Stallabras (2011) afirma que o ciberespaço é mais uma forma de mercado que um espaço onde acontece um debate democrático. Para o autor, normalmente, são os iguais que atuam nesse espaço, com o objetivo de publicar informações e trocá-las entre si. Dessa forma, não há qualquer possibilidade de que sejam expostas ideias em defesa ou contra algum argumento. Esse uso do ciberespaço ocorre porque não existe nenhum controle de qualidade e nem a preocupação de se verificar se tais informações podem ou não agregar algo.

Stallabras (2011) ainda afirma que:

[...] as expressões do fenômeno, em vez de serem o recurso com que a tecnologia nos capacitaria para nos inserirmos no mundo de maneira esclarecida, nos reunirmos sem riscos de sofrer violência e nos engajarmos na condução da vida pública, tendem antes a ser o complemento, às vezes utópico, às vezes apocalíptico, do que ocorre no cotidiano reificado da sociedade capitalista. A cibercultura não é controlada pela classe política ou pelas elites empresariais, mas pelas forças do mercado e sua dinâmica, não sendo surpresa, por isso, que sejam suas marcas o emprego consciente de mitos e de toda série de procedimentos objetivantes [que caracterizam as suas práticas] (STALLABRAS apud RÜDIGER, 2011, p. 37-38).

Keen, Robins e Stallabras concordam que, nesses processos de comunicação, existe uma tendência a se equiparar a maneira de pensar dos atores, gerada pelo acesso irrestrito a tais meios e, por se tratar de forma igual experiências diferentes, tanto em importância quanto em entendimento, o que inclui também a profusão e superficialidade das informações.

Stallabras (2011) propõe que o ideal “é celebrar o potencial emancipatório do pensamento fragmentado, das experiências hipertextuais e do emprego meramente tático da mídia em meio a situações puramente transitórias” (STALLABRAS apud RÜDIGER, 2011, p. 38).

Apesar das críticas apontadas por esses autores ao ponto de vista dos tecnófilos, eles reconhecem que existe um potencial nessas novas mídias, que pode promover uma formação libertária do ser social. No entanto, várias ressalvas são feitas por Keen, Robins, Stallabras e Rüdiger.

Rüdiger (2011, p. 39) afirma que, em geral, os sujeitos da cibercultura procuram explorar sua identidade de forma livre, fluída e idealizada, tanto quanto buscam se inserir em comunidades de interesse e compartilhamento de compromissos, sem se darem conta de que não se pode ter ambos ao mesmo tempo.

Para Siegel (2011), ao se democratizar a informação, corre-se o risco de provocar um processo de deterioração da inteligência, pois ao tentar “igualar”, pode-se nivelar “por baixo”. Em sua análise da cibercultura, o autor evidencia a relação de subordinação desse fenômeno ao capitalismo “em termos que se conectam com o

programa da crítica à indústria cultural proposta pioneiramente por Adorno” (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 41).

Apesar das críticas, Siegel reconhece que os computadores e a Internet desempenham um papel ordenador atualmente e, ainda que os equipamentos telemáticos apontem para a fragmentação da vivência do homem contemporâneo, eles não são responsáveis por isso, uma vez que essa é uma consequência da “sociedade capitalista avançada”, de acordo com o autor. Os computadores e a Internet, assegura Siegel, estão se transformando em “próteses” que possibilitam ao indivíduo “reunir e ordenar suas impressões, dispor de um meio para gerenciar o ritmo cada vez mais acelerado e caótico, ao menos para consciência imediata da vida contemporânea” (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 42).

Contrariamente às correntes ciberotimistas, sejam elas tecnocratas ou conservadoras, Siegel constata que a cibercultura, “seja em que plano for, consiste essencialmente em um estágio mais avançado coletivamente de um processo de colonização da consciência pelo mercado que já opera no profissionalismo da mídia tradicional” (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 42).

Em suas afirmações, Siegel, mais uma vez, vai contra a corrente dos “profetas da cibercultura” que declaram que, ao dar a possibilidade de opção, ela cria a impressão de que os indivíduos poderão “construir livremente suas personalidades”, quando, na verdade, ela “está criando realmente é uma forma ainda mais potente de homogeneização” (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 43). Para o autor, o fato de podermos publicar nossas informações, ideias e imagens, não nos leva, necessariamente, à condição de produtores de conteúdo independentes. Muito pelo contrário, o que se constata é que:

Nosso tempo de lazer adquire a qualidade de trabalho racional, calculável e consciente num mercado. [Vendo bem] você [assim] está [apenas] adaptando seus momentos de privacidade aos eventuais compradores (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 43). (destaque do autor).

Rüdiger discorda de Siegel, quando esse se refere à *Web* como agente que promove a mistura de lazer e negócios, no entanto, concorda plenamente com ele, quando afirma que:

[...] a cultura digital está se convertendo em processo massificado de abstração da própria escolha individual. A promoção da escolha individual como valor em si, desvinculado do seu contexto objetivo, do que está em jogo nela, concretamente, apenas mascara o fato de que, no caso, o que ocorre mesmo é “apenas a aposta em fórmulas familiares e estilos consagrados de auto-apresentação capazes de nos trazer popularidade” (RÜDIGER, apud SIEGEL, 2011, p.43).

Siegel defende que a cibercultura “pode ser entendida como expressão de uma cultura de massas, cuja marca é a procura de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência” (SIEGEL, apud RÜDIGER, 2011, p. 43). O autor ressalta que essa popularidade tem critérios característicos, não está relacionada a aptidões ou atributos pessoais e sim à “transformação do próprio eu” num produto que se adequa à vontade dos indivíduos que estão naquela rede social, site ou blogues, pois, para ele, não há outras pessoas que despertem seu interesse, para que ele se relacione com elas, o que vale é a aceitação do grupo. Na mesma linha, Bauman (2011) postula que a condição social contemporânea, sob a tutela da cultura digital, impõe ao indivíduo o imperativo da visibilidade em que a subjetividade é commoditizada. Rüdiger concorda com tal afirmação, mas, vai além, ao afirmar que os indivíduos buscam também uma gratificação psicológica (SIEGEL, apud RÜDIGER, 2011, p. 44).

As ideias dos críticos da cibercultura podem ser resumidas, de certa forma, na seguinte conclusão de Siegel:

[...] a cibercultura representa uma rebelião das massas contra toda forma de hierarquia e autoridade, especialmente aquelas baseadas em conhecimento e especialização. (...) O fundamental, contudo, está em seu juízo segundo o qual o vetor de suas principais expressões culturais se encontra na promoção de um igualitarismo rebaixado a termos mercantis e que apenas se vale do nome da democracia (SIEGEL apud RÜDIGER, 2011, p. 46).

3.3. O horizonte crítico de linhagem marxista

Durante a década de 1970, as expressões “sociedade da informação” e “revolução informacional” se tornaram, por todo o mundo, objeto de uma verdadeira doutrinação, na medida em que as estruturas sociais adotaram o computador e as redes em seu cotidiano. Na visão marxista, esse processo é ideológico, porque, além de manter, sem nenhuma modificação, as relações de produção e troca, não produziu mudança na estrutura do capitalismo (RÜDIGER, 2011, p. 146).

Entre os críticos marxistas, Fisher (2011) é o mais radical, ao afirmar que a tecnologia “não funciona apenas como força produtiva, servindo também como pretexto para a elaboração de um discurso ideológico, que visa legitimar certos processos históricos e, assim assegurar sua hegemonia entre a sociedade” (apud RÜDIGER, 2011, p.146).

Heffernam (2011) partilha da mesma posição que Fisher, ao analisar o fenômeno da cibercultura. Ambos afirmam que se trata de uma “formação ideológica”, cujo principal objetivo é ocultar “prática e espiritualmente” a nova etapa de reorganização das relações de produção, força de trabalho e “conflitos de classe” (apud RÜDIGER, 2011, p. 147).

Para Fisher, a cibercultura é “um cenário reificado, com o objetivo de ofuscamento coletivo, em que a tecnologia é vista como instrumento de emancipação, de superação dos obstáculos e resolução dos problemas” (apud RÜDIGER, 2011, p. 147). A técnica, de acordo com o autor, transformou-se em “um objeto de discurso promocional” e extrapolou para diversas esferas da cultura e da sociedade contemporânea.

Assim como outros teóricos que criticam a cibercultura citados anteriormente, Fisher concorda que a influência da tecnologia transpôs não apenas os domínios “das forças produtivas e do discurso publicitário” (2011, p. 147-149), ela chegou ao cotidiano da sociedade. Por essa razão, o autor acredita que para haver a legitimação da cibercultura, é necessário que exista:

[...] um conjunto de condições materiais, políticas e sociais, onde entram em jogo o poder de compra de seus sujeitos, o registro jurídico que a cerceia, ou não, a produção dos equipamentos que a viabilizam tecnologicamente, o controle e a exploração econômicas dos fluxos eletrônicos de informação, a manutenção das redes de telecomunicação por vastos conglomerados transnacionais, as lutas contra a sua apropriação privada ou monopolística, etc. (FISHER apud RÜDIGER, 2011, p. 149).

Quanto ao conceito de ciberespaço, o autor explica que, além de ser um meio para a ação cultural e um ponto de encontro que promove a comunicação, é um campo que possibilita a “acumulação do capital” e que permite as “disputas econômicas e sociais que resultam da sua maior ou menor apropriação pelos

players de um sistema econômico globalizado” (FISHER apud RÜDIGER, 2011, p. 149).

Assim, quanto mais as novas tecnologias avançam e o uso da informática se banaliza, mais aumenta o controle que o mercado exerce sobre elas, dessa forma, a reprodução das relações sociais capitalistas torna mais resistente o grande poder econômico das elites, restringindo, por um lado, a ação transformadora da classe trabalhadora, mas, criando, por outro, “um novo campo de ação histórica concreta e transformadora para a sociedade” (FISHER apud RÜDIGER, 2011, p. 149).

Nesse cenário, o socialismo só avançaria em direção a uma forma superior de sociedade, a comunista, se “superasse o sistema industrial e promovesse uma completa transformação das forças de produção, incluindo aí os recursos humanos, mediante o desenvolvimento das tecnologias de informação e a adoção social refletida do pensamento cibernético” (FISHER apud RÜDIGER, 2011, p. 150).

No entanto, apesar do enfraquecimento do sistema fordista de produção, na década de 1970, o que se pôde observar foi uma quebra na estrutura do sistema capitalista, que resultou na mudança da distribuição da riqueza, sem que se constatasse nenhum desenvolvimento significativo nos países socialistas.

Fisher ressalta que a grande questão não recai sobre os computadores, mas sim sobre a forma como são utilizados nesse sistema econômico que, cada vez mais, torna-se confuso, destruidor e seletivo. Segundo o autor, vale ressaltar que os computadores converteram-se em um dos mais importantes recursos tecnológicos que o homem criou, mas que, quando estão diretamente relacionados com o capitalismo, ficam presos às “relações de produção e troca que impedem sua exploração democrática e seu uso com objetivos sociais e espirituais emancipatórios” (FISHER apud RÜDIGER, 2011, p. 152).

Barney (2011), outro crítico marxista, aprofunda essa reflexão ao afirmar que “as redes informacionais só se tornaram a principal tecnologia porque lograram ser desenvolvidas de modo a convergir com a maneira de fazer negócios e conduzir as empresas no mercado saídas dos anos de 1980” (BARNEY apud Rüdiger, 2011, p. 152). Diante dessa situação, surge um fator relevante: a transformação das relações

trabalhistas sob a influência das novas tecnologias, o trabalho humano começa a ser preterido pelos “benefícios” que o trabalho da máquina oferece.

No início desse processo, o discurso versava sobre as vantagens que tal mudança traria às condições de trabalho, mas, segundo Barney, o que se evidenciou foi o aparecimento de mecanismos cujo objetivo era “reduzir a ineficiência, aumentar os lucros e explorar o máximo possível a força de trabalho (BARNEY apud Rüdiger, 2011, p.153).

De acordo com Barney, as redes sociais aparecem como fortes mecanismos de controle, que embora disfarcem a hierarquia, pois essa não aparece diretamente, têm como único propósito a “maximização de recursos”; além disso, elas também estimulam e cobram produtividade e empreendedorismo dos profissionais que são incitados a se autogerenciar com a ilusão de que controlam suas carreiras, “mas não controlam o seu mundo mais abrangente”. Barney aponta que, na verdade, a liberdade de ação que as redes sociais proporcionam no ambiente de trabalho é mais ideológica do que emancipatória para o indivíduo (BARNEY apud Rüdiger, 2011, p.153).

Para o autor, as redes sociais precisam ser vistas como “um instrumento que assegura a formação e manutenção de comunidades de interesse capazes de enfrentar um ambiente de crescente desenraizamento [social e econômico da força de trabalho]”; elas devem ser entendidas, “em essência, como a expressão dos movimentos de deslocamento, instabilidade e precariedade societários provocados na estrutura social e modo de vida cotidiano pela nova economia capitalista” (BARNEY apud RÜDIGER, 2011, p. 153-154).

O discurso que sustenta as vantagens do uso das novas tecnologias, segundo Barney, é um discurso conservador (já que preconiza a manutenção do atual “*status quo*”), cujo único objetivo é manter o indivíduo “preso a um sistema cuja razão de ser ou sentido é assegurar a eficiência e progressiva rentabilidade da unidade empresarial e, por extensão, do próprio sistema econômico em sua totalidade” (BARNEY apud RÜDIGER, 2011, p. 153).

Barney conclui sua reflexão, afirmando que, embora exista um incipiente ativismo civil, surgido a partir das críticas sistemáticas da economia informacional,

ele tem se mostrado pouco significativo frente às transformações políticas, econômicas e culturais criadas com a “colonização do ciberespaço pelas forças do mercado e do capital” (BARNEY apud RÜDIGER, 2011, p. 154).

Rifkin é outro crítico da cibercultura. Ainda que tenha dado destaque para o aspecto cultural dessa nova sociedade, iniciou sua análise pela esfera econômica, focando sua atenção sobre os impactos que a economia digital capitalista criou no modo de vida da sociedade contemporânea. O autor aponta que o capitalismo passou a se organizar em torno de um modelo de negócios cuja base são as redes de informação. Esse modelo seria a substituição da venda de bens e serviços pela elaboração e exploração mercantil da própria experiência humana. Isso ocorre porque as relações que constituem nossa experiência do mundo estão passando a ser mediadas por redes de comunicação, que embora sejam operadas por nós mesmos, são exploradas em benefício corporativo (RIFKIN apud RÜDIGER, 2011, p. 155).

Rifkin defende a ideia de que entramos na “era do acesso” e que a “habilidade para criar e vender ideias se tornou a razão de ser de um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo” (apud RÜDIGER, 2011, p. 156). Ele afirma que:

Na economia em rede, caracterizada por produtos possuidores de curto ciclo de vida e por crescente fluxo de bens e serviços, é a atenção humana, mais do que os recursos materiais, que está se tornando escassa (RIFKIN apud RÜDIGER, 2011, p. 156).

Já Fuchs, em *Internet and society*, de 2008, foca, em sua análise, o “impacto das novas tecnologias de informação no campo da cultura e comunicações em massas (...)”, ainda que não perca de vista o modo como a Internet transforma o capitalismo. Segundo o autor, a sociedade pode ser dividida em dois movimentos contrários, porém interligados: a competição e a cooperação. Para que haja a criação de riqueza, os seres humanos são forçados a se unirem; já a divisão dessa mesma riqueza gera rivalidade e concorrência (FUCHS, apud RÜDIGER, p. 157). O autor destaca que o cenário desse conflito teve origem no início da história, mas se reorganiza na “era das novas tecnologias da informação e em especial na Internet” (FUCHS, apud RÜDIGER, p. 157).

Para Fuchs, nessa nova etapa a informação passa a ser o bem maior e o “conhecimento que permite processá-la e distribuí-la” é uma fonte de riqueza e os principais meios para compartilhá-la ainda são as “redes telemáticas” (FUCHS, apud RÜDIGER, p. 157). Dessa maneira:

O capital passa a ser a informação e seu meio de produção, a pesquisa científica e o desenvolvimento de artefatos tecnológicos. A cibercultura é uma emanção cotidiana desta era e pode ser definida como [o sistema dialético no qual a ação e a estrutura culturais se tornam virtuais] cuja principal marca é o [antagonismo entre os processos de cooperação (socialização) e competição (alienação, isolamento, fragmentação)] (RÜDIGER apud FUCHS, 2011, p.157).

Dentro do sistema capitalista, o compartilhamento social de ideias e valores torna-se mais tenso devido aos motivos políticos, étnicos, religiosos e econômicos que separam as pessoas. Fuchs afirma que:

As comunidades virtuais e o cultivo da vida online são expressão dos conflitos que têm lugar na vida cotidiana, mas não se reduzem à forma de alienação ou imposição de autoridade, pois também são sinal [da procura por uma alternativa que não é puramente passiva e envolve a construção ativa de novas relações sociais com a ajuda dos novos meios] (FUCHS apud RÜDIGER, 2011, p.158).

O autor resume suas ideias, destacando a necessidade de que as redes sociais sejam vistas como arenas de luta e cooperação.

O ciberespaço é um terreno aberto a contestações e disputas. Por um lado, está sujeito às forças que pretendem explorá-lo para objetivos mercantis, de outro, está aberto aos que desejam agir de maneira altruísta, igualitária e gratuita. O predomínio das primeiras não significa que a cibercultura seja privada de espaços de cooperação participativa de onde nascem laços sociais fortes e emergem identidades plurais, abertas e democráticas (FUCHS apud RÜDIGER, 2011, p.158).

Rüdiger tenta conciliar os pontos de vista dos críticos das redes sociais, afirmando que a Internet não é responsável por determinar a sociedade, nem gera consequências sobre a vida social. Na verdade, segundo o autor, ela tanto gera riscos quanto oportunidades para todos aqueles que fazem parte da sua área de atuação, ou seja, do campo da cibercultura.

Os tecnófilos não estão mais errados que os tecnófobos, se levarmos em conta que uns e outros compartilham da mesma visão unilateral e determinista dos novos meios de informação e comunicação. A cibercultura reproduz os antagonismos fundadores de nossa estrutura social e, assim, contudo, tem influência limitada quando se trata de pensar sua força no processo de autodeterminação individual e emancipação coletiva em relação ao sistema social e histórico em que está encaixada e adquire movimento (RÜDIGER, 2011, p.158-159).

Dessa forma, o pensamento crítico desses teóricos, que representam a linha marxista, aponta que a tecnologia e a cibercultura são resultados da estrutura socioeconômica que as produzem.

3.4. A Dromocracia de Virilio e Trivinho

Schreber é o nome com que Freud tornou célebre a figura do homem possuído por uma fantasia aterradora a respeito dos perigos do mundo, a personalização de um complexo paranoico a que se entrega o pensamento, todavia desencaminhado por um processo psíquico e existencial obscurantista (RÜDIGER, 2011, p.193).

Segundo Rüdiger, atualmente, a paranoia tornou-se parte da realidade da sociedade contemporânea e nota-se que, para muitos, a tecnociência é encarada sob a ótica de um arranjo que tem o poder de converter o “mundo humano” em “objeto de controle”. O autor aponta também que os estudiosos desse fenômeno seguem dois caminhos que, se não opostos, certamente guardam grande distância entre si. Os tecnólogos que acreditam que “nossa espécie está ficando obsoleta e que, nos próximos séculos, ela deverá ser suplantada por organismos maquinísticos, pelo que muitos chamam de pós-humanos” (RÜDIGER, 2011, p. 193), ou seja, esses tecnólogos creem que a tecnologia *resolverá* todas as mazelas da nossa sociedade. No caminho contrário, seguem os tecnófobos que enxergam esse *culto* às novas tecnologias como uma ameaça, não só à técnica, mas também à sociedade contemporânea, que tomou para si, como únicos valores vigentes: “o cálculo, o controle e a eficiência” (RÜDIGER, 2011, p.193), perdendo, com isso, o controle sobre a própria técnica.

Rüdiger (2011) chama a atenção para um detalhe interessante: apesar das diferenças, existe algo que une esses teóricos, “os tecnófilos tendem a partilhar com tecnófobos uma mesma crença no determinismo tecnológico” (RÜDIGER, 2011, p.

205), isso acontece porque eles trazem em si algo do “complexo de Schreber”, a paranoia.

Trivinho partilha da mesma opinião dos tecnóforos e destaca que, “cibercultura não é nenhum processo de formação espiritual do ser humano, mas o cenário em que se concretiza um novo regime de poder, transpolítico, regime esse que ele denomina de *dromocracia*” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 200).

O prefixo *dromos* é de origem grega e significa rapidez – o autor o relaciona à “dimensão temporal da existência, ao território geográfico (na qualidade de coordenada espacial), portanto à urbis”. Ainda de acordo com Trivinho, o prefixo mantém estreitas relações com “os interesses de logística, estratégia e tática, numa palavra, com o campo bélico” (TRIVINHO, 2005, p. 63).

O autor afirma que a cibercultura, nos dias de hoje, significa “comunicação, velocidade e cultura” que são “categorias teóricas mais que interdependentes: compõem, a rigor, fenômeno único, um e mesmo valor epistêmico, respectivamente” (TRIVINHO, 2007, p. 20); porque sua estruturação se dá exatamente pela “fórmula lógica da velocidade e da aceleração do tempo” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 200).

Existe na atualidade um movimento democrático cujo eixo repousa sobre o pressuposto ético da igualdade, no entanto, para Trivinho, esse movimento que tem por objetivo camuflar a ascensão “não programada, tortuosa, mas, progressiva, indiscriminada e sem resistência da dromocracia *na pós-modernidade*” (destaque de RÜDIGER) (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 200-201).

Fundamentado na teoria de Paul Virilo⁴, portanto, seguindo sua linha de pensamento, Trivinho mostra-se exacerbadamente pessimista. Seu olhar sobre a cibercultura e os processos que a envolvem determinam que ela certamente terminará por extinguir a história humana, porque, de acordo com o autor, a cibercultura “é um processo em que se verifica o assassinato simbólico da

⁴ Paul Virilo – Frances, Arquiteto, urbanista, filósofo é especialista em questões estratégicas, tem se destacado como um dos principais ensaístas sobre os meios de comunicação, a “guerra da informação” e o mundo cibernético. Nos últimos anos, Paul Virilio vem se notabilizando como uma voz cética, quase uma nova dissidência, frente a uma sociedade desenfreadamente informatizada e onde o cidadão é vítima de um constante bombardeio (des)informativo. Disponível em: < <http://www.estacaoliberdade.com.br/autores/paulv.htm> > Acesso em: 7 jan. 2013.

alteridade”. Trivinho cita como exemplo “os videogames e jogos online”, que não passam de “máquinas de guerra imaterial, impessoal, simbólica”, (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 201) que atuam contra “o corpo próprio, o do “ser outro, inclusive o si-próprio” a alteridade, – uma vez que ela “espectraliza eletrônica e informaticamente a existência” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 203). Trivinho fundamenta suas ideias na tradição do ludismo⁵ e detém seu foco na “violência da técnica”, afirmando que, num primeiro momento, houve a “desqualificação da atividade artesanal, para em seguida forçar os trabalhadores a se adaptarem à “disciplina fabril”; e atualmente esses são forçados a se adaptarem à “violência da velocidade maquinística (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 202.)

O homem é lançado numa série de jogadas cujo denominador comum seria a exigência de cada vez maior dromoaptidão, como se verificaria no caso dos chats e outros ambientes virtuais (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 202).

Desta forma, afirma o autor, a cibercultura camufla um novo conjunto de regras que exige cada vez mais “um capital cognitivo e competência técnica” que têm por objetivo, “um desígnio social totalitário, subordinado à lógica de uma invisibilidade cotidiana que não concorre senão para mantê-los intocados, no quadro metamórfico-dissuasivo da violência simbólica da técnica” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 202). Os indivíduos que, por alguma limitação, não se adequarem às novas regras estão fadados à exclusão, a tornarem-se obsoletos, ou melhor, a serem “descartados como lixo informático” (KROKER e WEISTEIN, 1994).

Trivinho comenta também o alcance da tecnologia, afirmando que, quando a expansão das tecnologias invade a esfera política, revela-se um processo desgovernado e sem objetivo, porém seu propósito é: “civilizar corpos, mentes e estruturas sociais para a dromocracia cibercultural” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 201). Para o autor, a definição mais adequada para cibercultura seria: “a organização social-histórica avançada e invisível da violência técnica sofisticada” (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 201).

⁵ Ao contrário do que a população inglesa – que definia os luditas como analfabetos e ignorantes; Taylor, Hobsbawn, e o próprio Marx apontavam esse movimento “como um proto-sindicalismo”, símbolo de uma resistência à introdução das máquinas que causavam o desemprego e o achatamento dos salários; além disso, consideravam esse movimento como uma oposição ao capitalismo, do qual a “transição do trabalho manual para o trabalho automatizado” era uma parte fundamental.

Trivinho conclui que tanto os entusiastas quanto os opositores do processo de maquinização da existência “são arautos do pensar tecnológico” e que, na verdade, a importância do papel que desempenham “como publicistas” está mais no caráter contraditório de suas ideias do que na objetividade (TRIVINHO apud RÜDIGER, 2011, p. 205).

Reiterando a ideia do traço comum que une as duas correntes de teóricos, Rüdiger (2011) aponta que, entre os tecnófilos e tecnófobos, as “fantasias radicais” sobre a tecnologia e seus usos podem ser, na verdade, classificadas apenas como indícios da problemática e do estilo de vida contemporâneo, que servem para nos fazer refletir sobre “nosso destino na era das máquinas” (HAYLES, 1999, p. 283-291 apud RÜDIGER, 2011, p. 205).

As ideias a seguir baseiam-se em entrevista concedida, em 30 de setembro de 2009, por Eugenio Trivinho à revista ISTO É, edição nº 2081 (SAITO, 2009).

Trivinho ressalta que as frequentes atualizações tecnológicas impingidas aos indivíduos pela indústria, fatalmente os levarão a um contínuo processo de exclusão, ou seja, “a inclusão digital é uma utopia”. Esse processo de constante atualização gera nas pessoas um sentimento de desconforto e insegurança, porque os que hoje estão incluídos na cibercultura podem não estar amanhã.

À primeira vista, essa ideia aparenta ser um paradoxo, pois, como é possível afirmar que a surpreendente ascensão tecnológica em que vivemos atualmente possa provocar exclusão, uma vez que seu discurso versa sobre igualdade social. No entanto, ao aprofundarmos nosso olhar, encontraremos a lógica que se consolidou no mundo contemporâneo, a da velocidade que impede que as pessoas acompanhem o ritmo em que se dão as transformações tecnológicas.

Nos dias de hoje, ter os conhecimentos técnicos sobre informática e acesso à rede e aos computadores já não é suficiente, pois, além disso, é indispensável o permanente aperfeiçoamento desses conhecimentos e dos dispositivos utilizados para tentar a garantia de pertencer ao ciberespaço. “São conhecimentos pragmáticos para usar o *hardware*, o *software* e a rede, necessários para operar os dispositivos da era da velocidade” (SAITO, 2009). Por essas razões, Trivinho insiste em afirmar que a inclusão digital é “uma utopia, um mito”.

O autor declara, ainda, que o domínio dessas novas tecnologias é uma forma de pressão social e que, conseqüentemente, impacta a vida cotidiana da nossa sociedade, pois, o indivíduo, para adaptar-se ao mercado de trabalho é “obrigado” a deter esse conhecimento, ainda que não o utilize em seu cargo, porque esse requisito certamente será exigido no processo seletivo.

De acordo com Trivinho, a visão que se tem da Internet como um território democrático e livre é uma falácia, porque para acessar determinados conteúdos são exigidas senhas de acesso, que podem representar um custo econômico. Dessa forma, seleciona-se os que podem ou não acessar tais conteúdos. Além disso, “a época exige conhecimentos específicos, que devem ser traduzidos em uma prática interativa, própria de um comportamento de contiguidade de acesso, de fluência e de rapidez” (SAITO, 2009), afirma Trivinho.

O autor aponta que é nesse sentido que a época atual se revela violenta; trata-se de uma violência simbólica e muito tênue. A violência da cibercultura acontece como uma pressão social, que é difusa, não se pode identificar de onde vem, mas vem por todos os lados: “O indivíduo sabe que não tem chances, se não dominar as senhas infotécnicas: o computador, o protocolo de acesso, uma prática de continuidade e o conhecimento conforme a exigência da época” (SAITO, 2009). Trivinho destaca ainda que existe “uma quinta senha que é uma das mais relevantes, a capacidade econômica e cognitiva de acompanhar as reciclagens estruturais dessas senhas” (SAITO, 2009).

Nas palavras de Trivinho, a pressão sofrida pelos indivíduos provoca um deslocamento que ele denomina de “mais potência” do equipamento, do *software* e que representa “a mais potência” do indivíduo e de sua própria cidadania perante a sociedade contemporânea. O mercado publicitário cria um discurso que gera uma demanda por uma constante renovação declarando que o último lançamento é superior ao anterior. De acordo com Trivinho “isso não é necessariamente verdadeiro, mas é uma lógica da cibercultura” (SAITO, 2009). Para o autor, nesse momento, começa um drama social, quando surge a constatação de que a distribuição desse capital social formado pelas senhas e o acompanhamento das reciclagens não é para todos.

Para Trivinho, a inclusão digital não abrange universalmente a sociedade, pois atua em apenas alguns indivíduos de grupos específicos dentro de uma determinada classe social, ou seja, quando esse processo refere-se, por exemplo, à inclusão dos idosos, na verdade, limita-se apenas a um grupo de idosos e não a todos os idosos da sociedade, o mesmo ocorre com relação aos habitantes de uma determinada comunidade etc., dessa forma, para o autor, as políticas de inclusão digital são inviáveis, pois é impossível que se realizem plenamente.

A exigência esboçada pelo discurso do mercado publicitário é apenas um reflexo do capitalismo virtual que exige do indivíduo uma atualização constante, somente os “dromoaptos”, isto é, “aqueles que têm capacidade de ser velozes no trato com as senhas infotécnicas” (SAITO, 2009), e condições financeiras, além do desejo de se submeter a atualizações frequentes, é que têm a garantia de sua inclusão permanente na cibercultura. Em síntese, para Trivinho, a inclusão é destinada a poucas pessoas privilegiadas, ou seja, a “uma elite com capacidade econômica e cognitiva e, principalmente, vontade de acompanhar as reciclagens” (SAITO, 2009). Tais reciclagens ocorrem velozmente e são inevitáveis, segundo o autor. As pessoas não têm opção porque a sociedade lhes cobra a aptidão para lidar com as infossenhas na sua vida cotidiana, não é possível utilizar um telefone celular ou mesmo ir a um caixa eletrônico de um banco sem dominá-las.

Em sua entrevista, Trivinho ressalta que o momento histórico vai determinar aqueles que poderão viver no ciberespaço e os que terão que conviver com a violência das cidades, por não terem as informações e as condições necessárias para acessá-lo e, dessa forma, usufruir da praticidade e velocidade que ele proporciona. O autor finaliza sua ideia afirmando que: “Estamos às voltas com uma época implacável, que acaba de alguma forma se autogerenciando” (SAITO, 2009).

Trivinho declara que a inclusão social é um sistema excludente em sua essência e vai mais além; endogenamente excludente, ou seja, a exclusão origina-se, desenvolve-se e reproduz dentro do próprio processo de inclusão social. O autor resume da seguinte forma sua ideia de inclusão digital: “É fácil falar em acesso universal, como se os indivíduos fossem iguais na cibercultura, mas aquele que há três anos não atualiza o seu computador é diferente do que participa da elite virtual. Há diferenças dromocráticas, ou seja, de velocidade” (SAITO, 2009).

3.5. Os Programas Sociais de Inclusão Digital na perspectiva de Cazeloto

Cazeloto (2008) segue a mesma linha teórica defendida por Trivinho e define a “inclusão digital” como um “conjunto de discursos e práticas cujo objetivo é levar a informatização a grupos sociais que, sem esses procedimentos, muito provavelmente não teriam condições de acesso às ferramentas informáticas” (CAZELOTO, 2008, p. 125). No entanto, essa ideia, de acordo com ele, já “denota uma forma de hierarquização”, o que inviabiliza o objetivo principal da proposta do Estado que é levar todos os cidadãos a participarem dos benefícios oferecidos pela tecnologia e, assim, integrarem-se à sociedade de forma plena.

De acordo com o autor, a “inclusão digital” é um “artifício da engenharia social”, cujo objetivo é disseminar, entre os cidadãos, as benesses de pertencer à sociedade contemporânea – fato natural para a elite. O pensamento quase hegemônico de que a inclusão digital leva à inclusão social serve de pressuposto teórico para que a sociedade não poupe investimentos com os recursos públicos e privados para difundir “o conhecimento das técnicas”. Assim, estabelece-se uma “estreita ligação com a ideia de *democracia*” e “a inclusão digital repousaria sobre o pressuposto ético da igualdade” (CAZELOTO, 2008, p. 125).

Da mesma forma que Trivinho, Cazeloto defende a ideia de que a “inclusão digital” de toda a sociedade não é possível, apenas subgrupos entre os setores marginalizados participam dela. Por exemplo, em um grupo de adolescentes, que mora na periferia da cidade, é provável que apenas alguns deles ou talvez até muitos deles tenham acesso aos programas, mas nunca serão todos, o que abala o discurso “ético de igualdade”.

O autor considera a proposta de inclusão digital para todos como um processo que visa promover “a aproximação a um padrão de uso dos equipamentos informáticos considerados ideais”, além disso, aponta que os PSID – Programas Sociais de Inclusão Digital – são “estratégias de ação levadas a cabo por atores públicos ou privados, cujo objetivo é difundir o uso de computadores entre parcelas da população, total ou parcialmente, excluídas da informatização do cotidiano” (CAZELOTTO, 2008, p. 125-126). Na opinião do autor, esses programas que buscam igualar os desníveis sociais dos grupos – que formam a minoria segregada

– ao padrão socialmente aceito como ideal traz, implicitamente, a figura do “jovem branco das classes superiores, para o qual, lembremos, o computador surge como ferramenta *transparente*, integrado ao agir cotidiano” (CAZELOTTO, 2008, p. 126).

Para compreender o papel desses programas no ambiente do ciberespaço, Cazeloto (2008) observou que os discursos de legitimação, isto é, o conjunto de argumentos que justificam para a sociedade a implantação desses programas sociais baseia-se em três eixos: “1) cidadania e desenvolvimento humanos, 2) desenvolvimento econômico e 3) inclusão social de grupos discriminados” (CAZELOTO, 2008, p. 126).

Assim, fica muito claro que o público-alvo desses programas é formado por grupos já subordinados na divisão social de privilégios. A ideia igualitária, difundida nos discursos da inclusão digital que a apontam como pré-requisito para a inclusão social, esbarra, portanto, em uma cisão de caráter mais amplo: a da própria estratificação social (CAZELOTO, 2008, p. 128). O autor destaca também que esses programas têm um papel significativo na formação de mão de obra para as tarefas mais simples, “que requerem um menor grau de dromoaptidão”, ou seja, mesmo com o acesso garantido ao equipamento e à Internet de banda larga, esses usuários nunca terão acesso às inovações tecnológicas na velocidade em que elas se apresentam, nem tampouco aos próprios programas já que, em sua maioria, eles fornecem um capital cognitivo que é “perecível e estático” (CAZELOTO, 2008, p. 135).

Esse processo de inclusão caracteriza-se, na verdade, como uma “inclusão subalterna”, segundo o autor, pois, “além de não dividir as riquezas e os privilégios, preserva uma posição de dependência (...) e se dá exclusivamente em posições hierárquicas inferiores para o cumprimento de tarefas repetitivas, pouco criativas, quando não claramente desumanizantes” (CAZELOTO, 2008, p. 135).

A inclusão efetiva, promovida por esses programas, não atenta contra as normas de distribuição de riquezas e privilégios que lhe são anteriores, mas, ao contrário, é um elemento indispensável para a reprodução e expansão de um novo tipo de subalternidade, próprio da cibercultura (CAZELOTO, 2008, p. 128).

Os PSID, dessa forma, perpetuam a condição de marginalização e submissão dos guetos formados pela sociedade ao invés de eliminá-los. Salvo raríssimas exceções, tais programas contribuem de forma significativa para o deslocamento dessa submissão “para o interior de um novo arranjo do capitalismo: a cibercultura” (CAZELOTO, 2008, p. 128).

Cazeloto declara que sob a ótica dessa estratificação social, que é “criada, mantida e imposta pelas formas de hierarquização do Império”, esses programas tendem a funcionar como mecanismos de resistência ao poder ou “mecanismos de reprodução da própria lógica imperial, em que pesem suas intenções muitas vezes declaradamente contrárias a esse modo de integração” (CAZELOTO, 2008, p. 128).

Em setembro de 2012, durante a VII Semana de Biblioteconomia da ECA-USP, o autor participou de uma da mesa que discutiu o tema “Inclusão e Exclusão Digital: meios e impedimentos ao acesso do cidadão comum”. Nesses quatro anos que separam as reflexões apontadas anteriormente das expostas durante o evento, é possível afirmar que o autor manteve suas ideias, reafirmando que, na verdade, “não é a internet em si que se constitui como direito, e sim os bens proporcionados por ela”.

Uma pergunta-chave direciona a reflexão do autor sobre o real sentido da inclusão digital e a diferença entre o que é potencial e o que é realidade quando se trata de Internet: “O que estamos oferecendo para a sociedade investindo em inclusão digital?”. Para responder a esse questionamento, Cazeloto (2012) parte da reflexão sobre a importância do papel desempenhado pelo Estado, que, após ter reconhecido, no início do novo século, o direito que todos os cidadãos têm de acesso a equipamentos de informática e à Internet, transformou-o em política pública, tendo se tornado um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento e implantação dos PSID.

Como já citado anteriormente pelo próprio autor, tais programas de inclusão digital fundamentam-se em um tripé que envolve três metas propostas pelo Estado: o desenvolvimento da cidadania, o desenvolvimento econômico e a inclusão social de grupos discriminados e é importante lembrar que o Estado pressupõe que, para que tais objetivos sejam alcançados, é fundamental que os cidadãos tenham acesso ao mundo da inclusão digital.

No entanto, Cazeloto questiona, mais uma vez se, de fato, esses programas conduzem os indivíduos a um acesso à renda e aos bens culturais, como afirma o discurso do governo para a legitimação de tais programas. A essa pergunta, o autor acrescenta outra: em um país com desigualdades históricas, somente esses argumentos podem justificar o uso do dinheiro público para programas de inclusão digital? Para Cazeloto, as respostas exigem um estudo profundo do fenômeno da inclusão digital.

O primeiro argumento apontado pelo governo federal para por em prática os PSID refere-se ao acesso à renda e, para justificar a implementação desses programas, baseia-se no pressuposto de que o acesso à Internet poderia proporcionar aos cidadãos, de baixa renda e pouca escolaridade, várias oportunidades para se qualificarem e, dessa forma, terem a oportunidade de obter um emprego que lhes garanta uma renda mensal ou a possibilidade de ganhos maiores. Para Cazeloto, entretanto, “é difícil conceber que um brasileiro de baixa renda conseguiria uma capacitação efetivamente útil sozinho. Essa pessoa ainda precisa de alguém acompanhando seu percurso para que consiga transformar informação em conhecimento” (2012). O autor aponta que essa capacitação que o governo oferece não se daria por meio de cursos estruturados profissionalizantes *online*, e sim por meio de uma exploração natural das informações, uma vez que a Internet é uma fonte abundante de cultura, de saberes de múltiplos campos e serve como base para qualquer tipo de pesquisa que o cidadão queira realizar.

Segundo Cazeloto, outro aspecto importante que deve ser considerado nesse assunto é o fato de que os programas governamentais têm por objetivo capacitar o cidadão para operar as próprias ferramentas da informática. Esse fator, somado à exigência de que os indivíduos dominem tais conhecimentos no mercado, pode excluir todos aqueles que não conseguirem se adaptar. Dessa forma, a “informatização da sociedade não atua como uma oportunidade, mas como uma ameaça. Ela cria uma necessidade que provoca uma exclusão” (CAZELOTO, 2012).

Outra justificativa dada pelo governo para a importância do tema da inclusão digital refere-se à disponibilização e ao acesso que os indivíduos podem ter aos chamados “bens culturais”, ou seja, acesso à variedade incalculável de textos, informações e notícias que, para o governo, pode levar os indivíduos a aumentarem

o seu repertório cultural. Cazeloto (2012) rebate o argumento, apontando que, por se tratar de “um mar de informações não filtradas e não catalogadas”, é de responsabilidade do usuário “dar sentido para essa navegação”. O autor explica que a acessibilidade é pré-requisito para estimular a curiosidade, porém pode não ser capaz de motivar os indivíduos a aprofundarem seu conhecimento a respeito de determinado assunto. “O que garante que uma pessoa sem educação formal passe a procurar conhecimento apenas por ter acesso a um computador?” (2012).

A internet é cheia de informações, mas pode ter pouco conhecimento. Ela só produz conhecimento quando há a intervenção de outros fatores, pois a maneira como as pessoas se apropriam da tecnologia é induzida por questões da sociedade, da educação, da vida cotidiana, e não da tecnologia (CAZELOTO, 2012).

Dessa forma, Cazeloto defende que o foco do problema é político, porque se o programa não sensibilizar o cidadão para a busca da educação, a Internet funcionará exclusivamente como forma de entretenimento nas mãos das classes mais baixas, “substituindo espaços de convivência pública”. O autor afirma que costuma brincar chamando os programas desenvolvidos pelo governo de “Orkut para Todos”. (CAZELOTO, 2012).

Com uma última reflexão, Cazeloto encerra sua participação na mesa de discussão, afirmando que o termo inclusão digital é usado e praticado de maneira errada e que os programas federais precisam ser reformulados, pois: “A inclusão digital não é a universalização do acesso. Trata-se mais de capacitar o uso crítico da rede, de pensar a tecnologia a partir do cidadão e seu contexto concreto” (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se analisar o tema da inclusão digital como imperativo da inclusão social, a partir da exposição de diferentes argumentos, tanto a favor quanto contra. Tal análise percorreu os caminhos apontados por diferentes teóricos da sociedade pós-industrial, para tentar esclarecer como essa questão se insere dentro da nova modalidade do capitalismo contemporâneo, denominado de capitalismo informacional, e as implicações econômicas, políticas e sociais que estão presentes na nova esfera da civilização.

Na sociedade contemporânea, informacional, as novas tecnologias estão por toda parte, produzindo novas maneiras de relacionamento entre os indivíduos, influenciando a economia e a política, causando impacto no cotidiano das pessoas, quer elas estejam ou não preparadas. Informações fundamentais para o cidadão comum, como alguns serviços oferecidos pelo próprio governo, encontram-se, cada vez mais, disponibilizadas somente na Internet, novas formas de sociabilidade desenvolvem-se em rede, abrindo novas oportunidades, reestruturando as formas tradicionais de convivência e de organização política.

Assim, é inegável que o acesso a essa nova tecnologia torne-se uma condição fundamental para que um indivíduo se sinta parte da sociedade. No entanto, grandes áreas no mundo e muitos setores da população não estão conectados a esse sistema tecnológico, o que representa uma fonte decisiva de desigualdade social. No caso brasileiro, grande parcela da população jamais utilizou um computador e, apesar de várias tentativas, as políticas e iniciativas de inclusão digital no país mostraram-se pouco eficazes, pois o Estado não conseguiu estabelecer uma política pública organizada.

Embora exista um discurso hegemônico – partilhado pelo governo – sobre o papel fundamental exercido pela inclusão digital como forma de capacitar o cidadão para o mercado de trabalho e para a cidadania, os debates sobre o assunto ainda são incipientes.

Um dos grandes defensores do mote da inclusão digital como imperativo para a inclusão social, no Brasil, é Silveira (2004). O autor também destaca a importância da Internet nas formas de organização dos movimentos sociais e o reflexo que isso

pode criar nas estratégias do poder, que poderão ou não se manter. A inclusão digital dos segmentos mais pobres da população, na opinião de Silveira, poderá gerar tamanho impacto nas disputas políticas, por exemplo, que essas terão que ser mais profundas e variadas. Sem dúvida, esse poderá ser um aspecto extremamente positivo da inclusão digital, afinal, mesmo em sociedades fechadas como as árabes, todas as manifestações públicas relacionadas à Primavera Árabe organizaram-se pela Internet, sem que existissem lideranças centralizadas.

Silveira afirma que, em uma sociedade em que a tecnologia comunicacional se apresenta como o componente de maior valor, ter acesso e controle sobre ela é uma premissa para que um indivíduo se torne um cidadão pleno, ainda que esse seja somente o primeiro passo de uma longa caminhada. Gilder (2011) vai um pouco mais além, aponta que o discurso da informática a defende como uma força libertadora para os indivíduos.

No entanto, como afirmam Cazelotto e Trivinho, que se opõem a essa linha de pensamento, as constantes atualizações tecnológicas impostas aos indivíduos pela indústria, leva-os a um contínuo processo de exclusão, pois, a lógica que conduz o mundo contemporâneo é a velocidade que, dessa maneira, sempre impedirá as pessoas de acompanhar o ritmo em que se dão as transformações tecnológicas. Trivinho ainda destaca que a inclusão digital é um sistema excludente em sua essência.

Como Cazeloto (2008) afirma, as máquinas portadoras de chip passaram a intermediar “as práticas de produção e reprodução da cultura”, além de imprimirem uma progressiva influencia nos processos de acumulação do capital e nas relações de trabalho. Criando, dessa forma, a necessidade de se lançar mão de medidas corretivas- que são os PSIDs – para evitar que grande parte de humanidade caia no obscurantismo. Porém esses programas atuam como fator de agravamento da dominação e os indivíduos que a ela são submetidos dificilmente chegarão à emancipação propagada pelo discurso hegemônico.

A cibercultura envolve uma complexidade de conceitos favoráveis e desfavoráveis, mas, sem dúvida, constitui um caminho sem volta. E, em pouco mais que quinze anos, período muito curto, quando se pensa em termos de perspectiva histórica, muitas coisas mudaram, e é possível apontar inúmeros exemplos que

seriam impensáveis há alguns anos.

Em poucos minutos partilham-se causas políticas, mobilizam-se pessoas em todo mundo. Vendas e compras são realizadas, informações úteis tornam-se acessíveis. Amigos próximos ou distantes e até desconhecidos partilham momentos importantes.

Assim, é seguro afirmar que a cibercultura teve (e ainda terá) um impacto enorme sobre a sociedade, muito maior do que foi possível demonstrar neste estudo e às consequências já existentes, outras se juntarão. É também seguro afirmar que, cada vez mais, as pessoas terão que recorrer a essas novas tecnologias, por diferentes razões e que esse direito não poderá ser negado a elas. A forma como se dará esse acesso ainda não está clara. Dessa forma, fica, portanto, a possibilidade de aprofundar os estudos e investigar as interligações possíveis entre os diferentes setores da sociedade que desejam ou não que o acesso à Internet seja, efetivamente, democrático.

Entre as questões que permanecem sem resposta e merecem uma reflexão mais profunda, todas referem-se a questões fundamentais relativas à sociedade: a inclusão digital tem uma força emancipatória ou de dominação? A Internet é um aparelho que revolucionou a comunicação social possibilitando a passagem do paradigma da transmissão para o da partilha? Nesse sentido, a inclusão digital é imperativo para a inclusão social ou a Internet é mais uma maneira de converter o sujeito em funcionário do aparelho?

O diálogo entre os acadêmicos, seja qual for sua linha de pensamento, não pode impedir a fala do social. Se analisarmos a questão do discurso, defendida por Menezes, podemos perceber que, por vezes, os “intelectuais nos empurram 'discursos' que obliteram o debate”. O ponto central desse debate é que – seja por qual meio ou linguagem for – a SOCIEDADE possa ter o direito de se expressar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovannilho. **Trabalho e Mundialização do Capital**. Praxis Digital, 1999.

BARNEY, Darin. **The network society**. Oxford: Polity Press, 2004.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BRADUEL, Fernand. **Civilisation Materrielle et XVe- XVIIe siècle**, Paris: Armand Colin, 1967.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASSINO, João; SILVEIRA, SÉRGIO Amadeu. (orgs.). **Software livre e a inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAZELOTO, E. (Org.); TRIVINHO, E. (Org.). **A cibercultura e seu espelho**. 1ª ed. São Paulo: Itaú Cultural, 2009. v. 1.

_____. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: SENAC, 2008.

_____. **Monocultura informática: a voracidade dos chips**. Ghrebh-, v. 1, p. 4, 2009. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=issue&op=archive>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **A Monocultura Informática**. Significação (UTP), v. 29, p. 98-114, 2008-ISSN: 1516-4330. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1920/1186>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

_____; BREDARIOLI, Cláudia. **Internet na periferia: entre o potencial e o uso concreto**. Revista Galáxia, São Paulo, nº 16, p. 79-90, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1920/1186>>. Acesso em: 02 set. 2012.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna**: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1992.

CONTRERA, Malena. **Mediosfera** - Meios, Imaginário e Desencantamento do Mundo. São Paulo: Annablume, 2010.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DAL'BELLO, Cintia. **Subjetividade e tele-existência na era da comunicação virtual**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP - 2010.

DANTAS, Marcos. **A Lógica do capital da informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FISHER, Erhan. **Media and capitalism in the digital age**. Nova York: Palgrave, 2010.

FUCHS, Christian. **Internet and society**. Internet and Society: Social Theory in the Information Age. New York: Routledge, 2008.

GILDER, Georges. **Life after television**. New York: W.W. Norton, 1994.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Trad. VIANNA, A. R. e PAULA, S. G. de., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

JON HALL. **"Maddog" no Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 20 de setembro de 2009. Programa de TV. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/751/entrevistados/jon_hall_2009.htm>. Acesso em: 08 out. 2012.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYLES, Kathrine. **How we became posthumans**. Chicago: University of Chicago, 1999.

HEFFERNAM, Nick. **Capital, classe and technology in Culture**. Londres: Pluto, 2000.

JAMESON, Frederic. **Pós-Modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KEEN, Andrew. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KROKER, Arthur & WEINSTEIN, Michael. **Data Trash**. Nova York: St. Martin's, 1994.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-industrial a Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª Ed., 2006.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Arlindo. **Sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2007.

MARTINI, Renato Silveira. **Criptografia e cidadania digital**. Rio de Janeiro: Moderna, 2001.

MENEZES, José Eugenio de O. **Comunicação dialógica e comunicação discursiva em Vilém Flusser**. In: COSTA, Murilo Jardelino da. (Org.). *A festa da língua – Vilém Flusser. Coletânea de artigos sobre o pensador tcheco*. São Paulo: Annablume, 2011.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAULA, Rute de. **Projeto Inclusão Digital Muito Especial**. Local: Depoimentos, 2011. Disponível em: <<http://www.inclusãodigital.org.br/depoimentos.htm>>. Acesso em: 8 out. 2012.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**. São Paulo: Expressão Popular, coleção trabalho e emancipação, 2010.

RAWLS, Jonh. **Liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000. (col. Temas).

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Sulinas, (coleção cibercultura), 2009.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. São Paulo: Gradiva, 1996.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da Cibercultura**. Porto Alegre, 2011.

ROBINS, Kevin. **Into the image**. Londres: Routledge, 1996.

SAITO, Ana Carolina. **Inclusão digital é uma utopia**. Isto é, São Paulo, edição nº 2081, 30 set. 2009. Disponível em: <http://istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/18607_A+INCLUSAO+DIGITAL+E+UMA+UTOPIA+>>. Acesso em: 05.04.2011

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**. Editora: Brasiliense, 2007.

SCHILLING, Voltaire. **História**. Educa Terra. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/ludismo3.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SIEGEL, Lee. **Against the machine**. Nova York: Spiegel & Grau, 2008.

STALLABRAS, Julian. **Gargantua, manufactured mass culture**. Londres: Verso, 1996.

SEABRA, Carlos. **Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios**. Local: Depoimentos. Disponível em: <http://cliquefuturo.org.br/?page_id=5>. Acesso em 08 out. 2012.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Inclusão digital reduz exclusão social?** Disponível em: <<http://www.aredes.inf.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **Introdução à dromocracia cibercultural**: contextualização

_____. Sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 28, p.63-78, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3338/2595>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **A Inclusão Digital é Uma Utopia**. Entrevista por SAITO, A. C. Revista ISTO É INDEPENDENTE, ed.nº 2081, Set. 2009. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/18607_A+INCLUSAO+DIGITAL+E+UMA+UTOPIA+>>. Acesso em: 6 mai. 2012.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. London, Academic Press, Inc, 1974.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a inclusão digital em debate. São Paulo, SENAC, 2006.

ZYGMUNT, Bauman. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2011.